



BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PESQUISAS

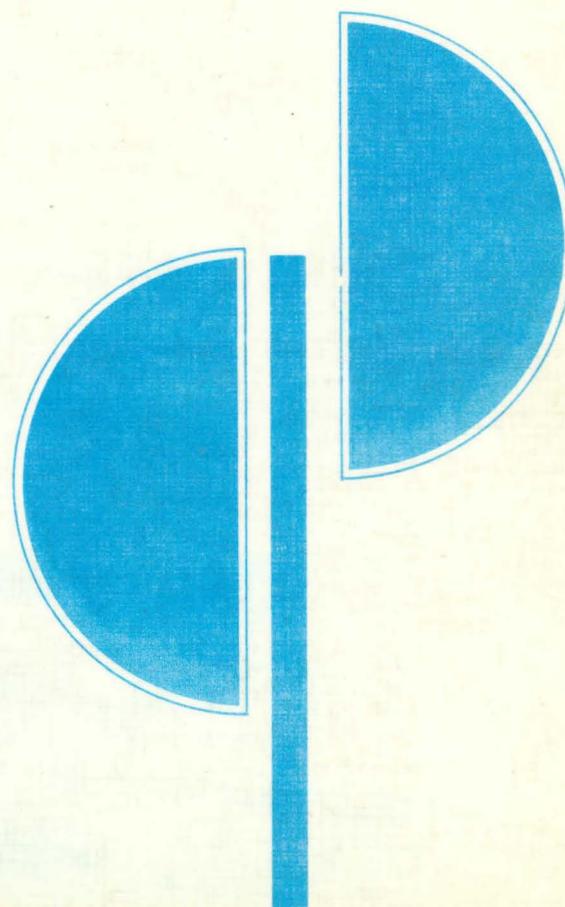
PROGRAMA PROMORAR-BNH

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO
BAIRRO VILA NOVA-SÃO MATEUS/ES

RELATÓRIO FINAL

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00198
Ex.1

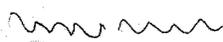


IJ00198
4127/1980
EX: 1



2J00198

28.09815 2056
F 981 7
M 27/80
no. 1





PROGRAMA PROMORAR-BNH
DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO
BAIRRO VILA NOVA-SÃO MATEUS/ES
RELATÓRIO FINAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA PROMORAR-BNH
DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO
BAIRRO VILA NOVA-SÃO MATEUS/ES
RELATÓRIO FINAL

AGOSTO/1980



GOVERNADOR DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente

Antonio Luiz Borjaille - Diretor Técnico

EQUIPE TÉCNICA**COORDENAÇÃO**

Magno Pires da Silva

TÉCNICOS

Fernando Schwab Firme

Neli Rodrigues da Silva

Maria do Rosário Ferreira Barbosa

AUXILIAR TÉCNICO

Madalena de Carvalho Nepomuceno

ESTAGIÁRIOS

Equipe do Projeto Rondon

CONSULTOR

Michel Otto Bergmann

EQUIPE DE APOIO DA FJSN

SINOPSE

O presente trabalho é resultado de um Convênio assinado entre o Banco Nacional de Habitação, por meio do Departamento de Pesquisa - DEPES e a Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN, órgão do Sistema Estadual de Planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo, em 21 de maio do corrente ano, dentro dos objetivos do Programa PROMORAR.

Entre as áreas de subabitações existentes no Estado do Espírito Santo, o Governo Estadual buscou contemplar, pelo seu grau de carência, aglomerados tanto da Grande Vitória, como do interior do Estado.

Dentre as áreas do interior do Estado, foi indicado o bairro de Vila Nova, no Município de São Mateus, Norte do Espírito Santo.

O bairro de Vila Nova surgiu a partir do ano de 1966, pela invasão de terrenos aforados pela Prefeitura Municipal à particulares. É um bairro que abriga, principalmente, trabalhadores de empresas reflorestadoras ligadas à indústria da celulose e migrantes do interior do Município.

O assentamento apresenta, em junho de 1980, 3.786 (três mil, setecentos e oitenta e seis) habitantes, 90% dos quais pertencentes a famílias com renda inferior a dois salários mínimos regionais.

A pesquisa sócio-econômica realizada na área, cujos dados originaram o presente disgnóstico, traça o perfil sócio-econômico dos habitantes, identifica as principais carências do assentamento em relação aos serviços urbanos básicos e fornece o levantamento cadastral para subsidiar posteriores intervenções.

RESUMO

Constitui uma das etapas preliminares, e das mais importantes, na implantação do Programa PROMORAR num aglomerado de subabitação, a caracterização sócio-econômica-cultural da população-alvo do programa. Esta caracterização é obtida através de uma pesquisa sócio-econômica, realizada junto a população do assentamento escolhido para intervenção.

Assim sendo, o presente diagnóstico do assentamento de Vila Nova-São Mateus/Espírito Santo incorpora esta etapa no desenvolvimento do programa, vindo a constituir-se num relatório final de todas as atividades desenvolvidas no período compreendido entre 04 de junho a 30 de julho de 1980.

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa aplicada neste assentamento, escolhido como área prioritária de intervenção do programa PROMORAR no Espírito Santo, entre os dias 04 a 08 de junho de 1980.

A pesquisa desenvolvida buscou apreender a realidade de Vila Nova, abordando-a sobre três aspectos complementares, a saber:

A situação dos chefes de família - os dados referentes ao chefe de uma família, num assentamento subnormal, como em outro caso, é o ponto de partida para verificar a posição econômica das famílias do assentamento, em termos de renda auferida e tipo de ocupação exercida. No caso de Vila Nova, por exemplo, tornou-se significativo identificar que 71% dos chefes ganham até 1 Salário Mínimo e 28% são trabalhadores em reflorestadoras, exercendo muitos o trabalho braçal.

Em relação ao papel que representa o Município de São Mateus na economia estadual, este dado permite uma série de conclusões que interferirão no modelo de urbanização a ser adotado para a área.

Dados dos demais componentes da família: a pesquisa realizada buscou configurar não somente a característica dos chefes de família do assentamento, como também o grau de dependência das famílias em relação ao chefe, ou vice-versa. Neste sentido, constatou-se que são as famílias, como um todo, que garantem rendimentos acima de 1/2 Salários Mínimos, o que indica um maior número de pessoas por família exercendo atividade produtiva.

Assim, como a área média das habitações de 36m² encontrada para um número médio de membros por família de 4,8 membros é incompatível com o mínimo recomendado por organizações internacionais de saúde.

Estes parâmetros mostram que o projeto de urbanização, caso contemple construção de unidades, deverá melhorar este índice, tanto em relação à unidade habitacional, como em relação a padrões de lote.

Dados sobre o domicílio e infra-estrutura: as condições de vida em aglomerados de subabitações já são por demais conhecidas como precárias em todo país. Em Vila Nova, não foram encontrados índices diferentes. A quase total inexistência de serviços básicos condiz com a situação do aglomerado num município pobre e dentro de um Estado que poucos recursos dispõe para investir em saneamento básico e obras públicas, visando melhorar a qualidade de vida da sua população.

Todas estas informações, coletadas em folhas distintas do formulário de pesquisas, permitiram correlacionar as diversas variáveis envolvendo a qualidade de vida da população deste assentamento.

Visando situar melhor o assentamento num contexto social maior, o presente trabalho aborda, de uma forma condensada, o processo histórico de formação do Município de São Mateus e o desenvolvimento da ocupação do seu espaço urbano, constituindo-se num primeiro aspecto relevante.

Posteriormente, verificadas as condições econômicas, políticas e culturais

em que ocorreu a ocupação do município e o papel que desempenha em relação ao Norte do Estado, o trabalho apresenta dados significativos de migração intra-urbana e aprofundamento das condições econômicas, que vão dar a origem ao bairro de Vila Nova. Verificadas as razões estruturais do surgimento de aglomerados de subabitações, passa-se a descrever e a caracterizar o próprio assentamento, indicando-se como surgiu e porque surgiu e a forma como se apresenta atualmente.

Atingindo-se mais diretamente a realidade do assentamento, temos um relato expressivo dos dados coletados na Pesquisa Sócio-econômica, segundo características de: população, habitações, infra-estrutura, despesas e atividades econômicas.

Partindo deste relato expressivo, que permite a qualquer leitor tirar suas próprias conclusões, o trabalho apresenta uma interpretação analítica da população e do assentamento, segundo níveis econômico, social e político, com indicações de sugestões e considerações sobre Elaboração do Projeto Físico-urbanístico e de Desenvolvimento Comunitário, obedecendo às aspirações e reivindicações da Comunidade.

Finalizando o trabalho, apresenta-se a Conclusão Final que se constitui no parecer definitivo da equipe técnica responsável pelo estudo.

Segundo esta estrutura, o trabalho permite uma visão espacial do assentamento e sua importância no contexto do desenvolvimento social da Região em que está inserido o Município de São Mateus, procurando, sempre, vincular o fenômeno de subabitação à estrutura da economia estadual e ao contexto do desenvolvimento econômico do país.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - *O Município de São Mateus no Estado*

MAPA 2 - *O Bairro de Vila Nova na cidade de São Mateus*

MAPA 3 - *Mapa de Campo (levantamento cadastral preliminar)*

MAPA 4 - *Nivelamento das vias*

MAPA 5 - *Planta cadastral definitiva*

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1: *Distribuição da PEA do Município de São Mateus por setor de atividade.*
- QUADRO 2: *Município de São Mateus: distribuição de classe de renda da PEA - 1977.*
- QUADRO 3: *Resumo da situação fundiária de Vila Nova.*
- QUADRO 4: *Cronograma físico - PROMORAR-ES - São Mateus.*
- QUADRO 5: *Distribuição dos estagiários no campo.*
- QUADRO 6: *Membros das famílias, segundo sua relação de parentesco com o chefe.*
- QUADRO 7: *Famílias por número de membros.*
- QUADRO 8: *Chefes de família, segundo local de nascimento.*
- QUADRO 9: *Chefes de família, segundo último local de origem.*
- QUADRO 10: *Chefes de família, segundo último local de origem, por município e estado.*
- QUADRO 11: *Famílias, segundo tempo de residência no domicílio atual.*
- QUADRO 12: *Famílias, segundo tempo de residência no município.*
- QUADRO 13: *Famílias por classe de renda familiar, segundo idade do chefe.*
- QUADRO 14: *Chefes de família por idade, segundo menor renda familiar.*
- QUADRO 15: *Famílias por classe de renda familiar, segundo sexo do chefe.*
- QUADRO 16: *Famílias por classe de renda familiar, segundo classe de renda comprovada do chefe.*

- QUADRO 17: *Famílias por classe de renda familiar, segundo classe de renda não comprovada do chefe.*
- QUADRO 18: *Famílias por classe de renda familiar, segundo classe de renda total do chefe.*
- QUADRO 19: *Chefes por nível de instrução, segundo classe de renda familiar.*
- QUADRO 20: *População que estuda por faixa etária (excluídos os chefes de família).*
- QUADRO 21: *População em idade escolar, que não estuda, por classe de renda.*
- QUADRO 22: *População economicamente ativa por faixa etária.*
- QUADRO 23: *População economicamente ativa e classe de renda da população por ocupação.*
- QUADRO 24: *Chefes por classe de renda segundo ocupação.*
- QUADRO 25: *Famílias por classe de renda familiar, segundo condição de ocupação do domicílio.*
- QUADRO 26: *Famílias por classe de renda, segundo material das paredes do domicílio.*
- QUADRO 27: *Domicílios por número de salas + quartos.*
- QUADRO 28: *Famílias por classe de renda familiar, segundo existência de instalação de água.*
- QUADRO 29: *Domicílios segundo abastecimento de água.*
- QUADRO 30: *Famílias por classe de renda familiar, segundo existência de luz elétrica.*

- QUADRO 31: *Domicílios, segundo existência de luz elétrica.*
- QUADRO 32: *Reivindicações mais incidentes da população.*
- QUADRO 33: *Famílias que pagam crediário por despesa com crediário.*
- QUADRO 34: *Famílias que pagam crediário por classe de renda.*
- QUADRO 35: *Famílias que pagam aluguel por classe de renda familiar.*
- QUADRO 36: *Famílias que pagam aluguel por valor do aluguel.*
- QUADRO 37: *Famílias que pagam água por despesa com água.*
- QUADRO 38: *Famílias que pagam energia elétrica por despesa com energia elétrica.*
- QUADRO 39: *Famílias com despesas de crediário, aluguel, água e energia elétrica por despesa total.*
- QUADRO 40: *Famílias com despesas de crediário, aluguel, água e energia elétrica por classe de renda.*
- QUADRO 41: *Famílias por classe de renda familiar, segundo total de despesas de crediário, aluguel, água e energia elétrica.*
- QUADRO 42: *Famílias por quantia disponível de pagamento.*
- QUADRO 43: *Renda familiar por medida de tendência central.*
- QUADRO 44: *Imóveis não exclusivamente residenciais por função segundo o rendimento médio semanal.*

SUMÁRIO	PÁGINA
SINÓPSE	
RESUMO	
1. INTRODUÇÃO	15
2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E ECONÔMICA	20
2.1. O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS	21
2.2. O ASSENTAMENTO DE VILA NOVA	30
3. FICHA TÉCNICA DO ASSENTAMENTO VILA NOVA	35
4. METODOLOGIA	37
4.1. HISTÓRICO DA PESQUISA	40
4.2. ABORDAGEM DA COMUNIDADE	50
4.3. O QUESTIONÁRIO	51
4.4. A TABULAÇÃO	52
5. RESULTADOS DA PESQUISA	54
5.1. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	55
5.1.1. Número de habitantes, de famílias e constituição das famílias	55
5.1.2. Mobilidade	57
5.1.3. Renda	62
5.1.4. Instrução	71
5.1.5. Atividades e ocupações	75

5.2. CARACTERÍSTICAS DAS HABITAÇÕES	78
5.2.1. Condição de ocupação do domicílio	78
5.2.2. Material das paredes	79
5.2.3. Área	80
5.3. CARACTERÍSTICAS DA INFRA-ESTRUTURA	81
5.3.1. Abastecimento de água	81
5.3.2. Luz elétrica	83
5.3.3. Esgotos	85
5.3.4. Drenagem	86
5.3.5. Reivindicações	86
5.4. DESPESAS	87
5.4.1. Crediário	87
5.4.2. Aluguel	89
5.4.3. Água	91
5.4.4. Energia elétrica	92
5.4.5. Total de despesas	93
5.4.6. Disponibilidade média de pagamento das famílias	96
5.5. ATIVIDADES NÃO EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS	102
6. COMENTÁRIO À PESQUISA E INTERPRETAÇÃO SÓCIO-ANALÍTICA	104
7. CONCLUSÕES FINAIS	113
BIBLIOGRAFIA	120
ANEXO I	123

1.

INTRODUÇÃO

A implantação e o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial no Brasil a partir da década de trinta e adquirindo estruturas mais modernas pela importação de modelos e tecnologias exógenas nos últimos vinte anos, vêm causando de uma forma acelerada a deterioração das condições de vida das massas urbanas. Isto se dá frequentemente porque nem todas as categorias de renda estão participando efetivamente dos resultados do progresso.

Este processo urbano industrial inserido numa economia dependente, nuclearmente desenvolvida em algumas regiões e subdesenvolvida plenamente na maioria dos Estados Brasileiros, viabilizado através de investimentos externos em seus múltiplos aspectos, é o núcleo central da chamada crise urbana porque passam hoje todas as cidades brasileiras ditas de *porte médio* e as chamadas metrópoles.

A pobreza urbana, efeito imediato deste processo desenvolvimentista, que reina hoje em larga medida nos aglomerados urbanos brasileiros, repercute principalmente nas condições precárias de habitação.

A carência de moradias agravadas pelas diversas formas de subabitação afeta grande parte da população brasileira, politicamente denominada de *camadas populares*. Para estas, a habitação vem sendo há longo tempo sinônimo de abrigo primitivo. A palhoça, a casa de pau-a-pique ou a choupana no campo. O barraco, a maloca, a palafita ou o mocambo nos centros urbanos.

Neste contexto, é difícil não compreender-se que o favelamento crescente nas cidades brasileiras bem como todos os demais problemas urbanos, são decorrentes de uma série de fatores, organicamente vinculados à estrutura econômica do país, numa abordagem mais geral e ao caráter da apropriação do espaço urbano de uma forma mais particular.

No caso das metrópoles a ocupação territorial extensiva, a especulação imobiliária e a reduzida renda de uma faixa significativa da população, induzem a cidade a um crescimento periférico, gerando por conseguinte a concentração de barracos, a inexistência de serviços básicos em áreas mais distantes do centro forçando inevitavelmente o surgimento de mais favelas e a proliferação de loteamentos clandestinos.

Assim o presente trabalho que trata de um estudo sócio-econômico, realizado numa favela no interior norte do Estado do Espírito Santo, não pretende desvincular todos os fatos observados e todos os dados submetidos a uma interpretação analítica, de uma situação geral e complexa da qual esta favela ora em estudo, é uma consequência direta.

Por perceber o quanto o conhecimento das populações residentes em aglomerados de subabitações é importante para o processo de planejamento no Estado, é que a Fundação Jones dos Santos Neves, Órgão Estadual do Sistema de Planejamento, vêm desenvolvendo há dois anos consecutivos todo um levantamento sistemático de informações sobre tais aglomerados na região da Grande Vitória.

Incorporando com sua filosofia de trabalho a concepção de que a moradia não é apenas o abrigo, mas significa todo o espaço onde o homem se move para determinar suas atividades, limitar e ganhar seus espaços no mundo e que por extensão morar para o homem urbano resume-se em ter acesso a toda rede de serviços básicos indispensáveis à sua sobrevivência na cidade, a Fundação Jones dos Santos Neves, segue as diretrizes do Governo Estadual na solução do problema habitacional, expressa a seguir: *A postura do Governo do Espírito Santo não comporta a filosofia que toma a moradia como se esta pudesse ser algo isolado ... O Governo pretende uma nova abordagem na solução do problema habitacional. Pretende impor e fazer respeitar a linha contínua existente entre o indivíduo/a habitação/o meio urbano*¹, e assim pretende seguir avançando na direção de estudos e desenvolvimento

¹ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento. *Filosofia, Política e Programação Habitacional no Espírito Santo (1979/1983)*. Vitória, SEPL, 1979.

de experiências práticas buscando consolidar o conceito de *Habitação Social*.

Movida por tal convicção e respaldada nos resultados de seus estudos, foi que a Fundação Jones dos Santos Neves aceitou participar de bom grado, consciente de que poderia prestar uma valiosa contribuição, ao Grupo de Trabalho do PROMORAR-ES, criado em protocolo assinado em março de 80, quando da visita do Excelentíssimo Sr. Ministro Mário Andreazza ao Estado, certa que que o Programa PROMORAR destinado a atender as populações carentes da área da Grande Vitória, cerca de 262.000 pessoas² e populações faveladas do interior do Estado, representará um decidido passo do Governo Federal no encaminhamento de soluções para os aglomerados de subabitações existentes no Estado. A Fundação Jones dos Santos Neves aceitou também a indicação feita em reunião do GT/PROMORAR/ES de ser a responsável pela realização de Estudos Sócio-econômicos Preliminares nas áreas indicadas pelo citado grupo para a implantação do Programa no Estado.

Cumprindo esta determinação a Fundação Jones dos Santos Neves levou a efeito e em bom termo o trabalho preliminar de Abordagem, Preparação, Cadastro, Aplicação de Pesquisa Sócio-econômica, Planta Cadastral e Nivelamento de Vias no Assentamento de Vila Nova - Município de São Mateus-Norte do Estado do Espírito Santo.

Espera-se com o presente trabalho, etapa preliminar e decisiva para o sucesso do Programa PROMORAR neste assentamento, a produção de uma linha de ação institucional em que todos os Órgãos Estaduais e Federais envolvidos no Programa, venham a gerar e a consolidar uma política social integrada no que tange principalmente à recuperação e urbanização de áreas faveladas no Espírito Santo, integração esta que deverá ter como único vetor de intermediação e como resultado final, o bem estar social, cultural e eco

²FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Projeto Habitação - Fase II - Diagnóstico de Favelas e Bairros Populares Carentes na Grande Vitória. Versão Preliminar*. Vitória, FJSN, 1979.

nômico de tais populações que há muito esperam do Poder Público uma ação verdadeiramente salutar no atendimento de suas reivindicações básicas.

Neste sentido, a filosofia que substancia as sugestões de propostas de intervenção apresentadas no presente documento, busca fundamentalmente também gerar uma adaptação das diretrizes da Política Nacional de Habitação em consonância com o Programa PROMORAR, às particularidades culturais dos assentamentos urbanos subnormais do Estado, uma vez que o *problema habitacional será satisfatoriamente resolvido se a moradia for encarada como forma concreta de cultura* (opus cit.). Além deste aspecto a filosofia linearmente presente em todo documento busca realçar que o sucesso do PROMORAR do Estado estará ligado às particularidades institucionais e ao modo de trabalho de cada Órgão que compõem o Governo Estadual.

Ao encaminhar o presente relatório ao DEPES/BNH - Departamento de Pesquisa do Banco Nacional de Habitação, nos termos do contrato assinado em 05/80, a Fundação Jones dos Santos Neves espera ter contribuído na medida de suas limitações para o bom êxito do PROMORAR no Espírito Santo.

A Equipe Técnica responsável por este trabalho agradece aos técnicos de vários Órgãos integrantes do Grupo de Trabalho e em particular à Comissão de Moradores de Vila Nova, sem cuja participação e ajuda, o presente trabalho não seria realizado de forma satisfatória.

A participação dos moradores de Vila Nova atesta que a participação comunitária é um dado novo e elemento essencial nesta abordagem da política habitacional.

Espera-se enfim que o PROMORAR assegure a esta população a posse legal da área que hoje ocupam, sem remoção e garantidas fundamentalmente as suas aspirações a um melhor padrão de vida, principalmente no que se refere a sua condição de habitação e emprego.

2.

CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E ECONÔMICA

2.1.

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS

O início do povoamento da região hoje compreendida pelo município de São Mateus, ocorreu em função do estabelecimento de uma frente de combate aos indígenas, da tribo Aymorés, numerosos e concentrados nesta parte do território espírito-santense. Os primeiros vilarejos surgiram às margens do rio Cricaré, de onde partiram também as expedições para conquistas de mais terras e consolidação do processo de colonização.

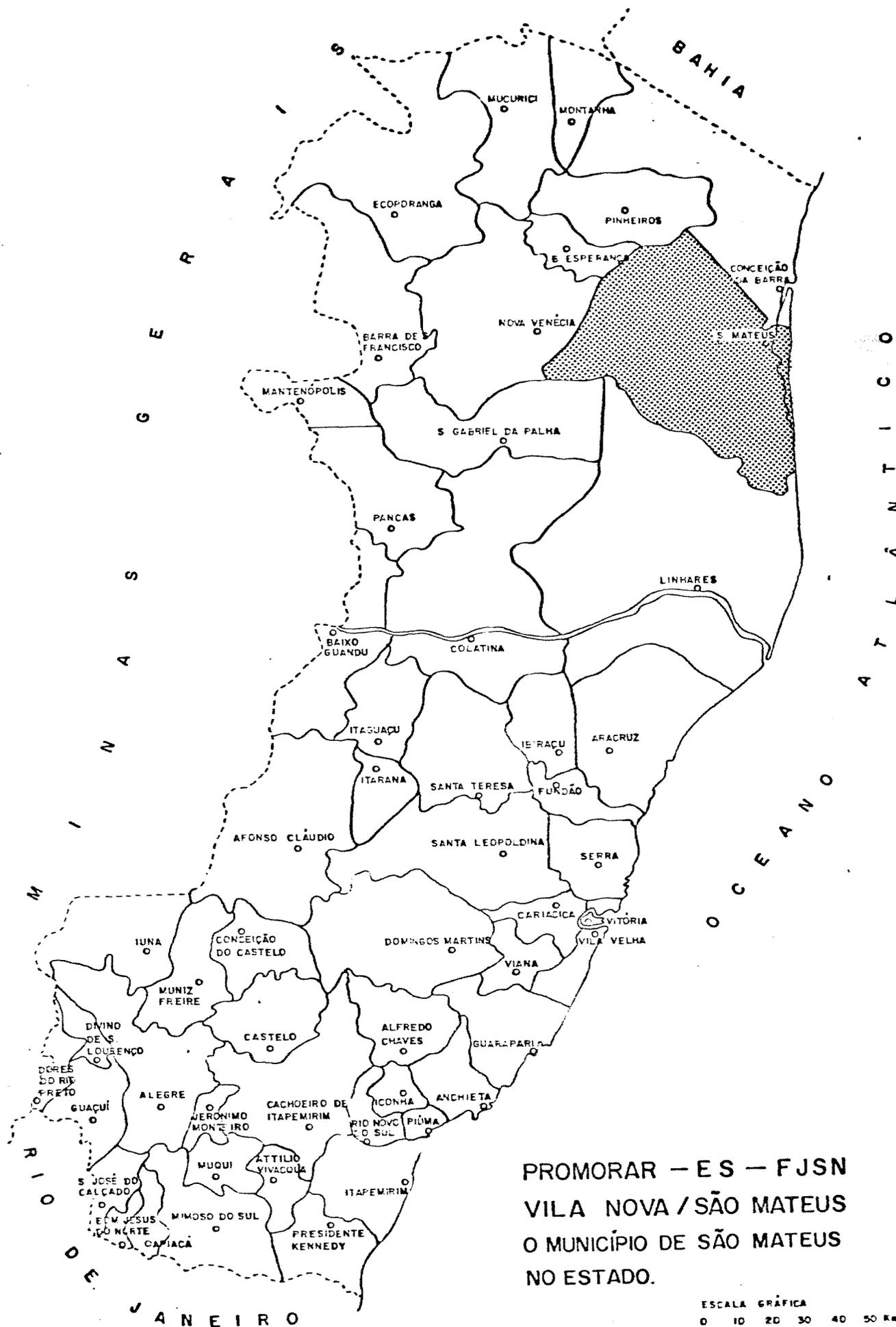
A capitania do Espírito Santo em face dos conflitos com os indígenas e diante da necessidade de efetivar a expansão colonial garantindo esse território, disputado também pela Capitania de Porto Seguro, Bahia, decidiu fornecer maior apoio à região. Através de diversas levas de colonos, a ocupação da região foi se tornando mais maciça e caracterizando-se como um povoado de maior porte.

Por intermédio da Carta Régia datada de 23 de março de 1751, o povoado de São Mateus foi elevado à categoria de Distrito. Em 1764, o então Distrito foi transformado em Vila através do desmembramento da Capitania de Porto Seguro na Bahia. Em 27 de setembro de 1764 São Mateus foi transformado em Município, recebendo os foros de cidade em abril de 1848.

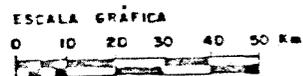
O Município de São Mateus está localizado a nordeste do Estado do Espírito Santo, fazendo parte dentro do Plano Regional de Desenvolvimento da Região IV, juntamente com os municípios de Linhares (que se constitui no pólo regional), Aracruz e Conceição da Barra. (Mapa 1).

São Mateus é o segundo município em extensão territorial do Estado do Espírito Santo, com uma área total de 3.077km², representando 7% do terri

MAPA I



PROMORAR - ES - FJSN
VILA NOVA / SÃO MATEUS
O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
NO ESTADO.



DESENHO: BETM

tório capixaba. Limita-se ao Norte com os Municípios de Conceição da Barra e Pinheiros, a Nordeste com os Municípios de Nova Venécia e Boa Esperança, ao Sul com o Município de Linhares, a Sudeste com São Gabriel da Palha e a Leste com o Oceano Atlântico.

O Município, além da sede é formado de 06 (seis) outros distritos, a saber: Barra Nova, Barra Seca, Itauninhas, Jaguaré, Nestor Gomes e Nova Verona.

O município de São Mateus comportava em 1960 uma população de 32.350 habitantes, registrando um crescimento em 1970 para 41.418 pessoas e segundo últimos dados disponíveis em 1977, contando com 45.177 habitantes³. Este crescimento demográfico ocorreu a uma taxa anual de 2,5% entre 1960/70 e 1970/77, em sete anos, a 1,2% ao ano.

No período de 1960/70, a população urbana do município cresceu 7,12% e entre 70/77, num período menor, cresceu 8,62%⁴. Esta posição demográfica do município, indica que o processo de ocupação da cidade em São Mateus ocorreu também em decorrência da perda de população de outros municípios vizinhos. Muito provavelmente terão saído pessoas destes para residir em São Mateus, como é o caso de Nova Venécia, que no mesmo período em que São Mateus teve um acréscimo da sua população urbana, registrou uma taxa de crescimento negativo em sua população de -2%. (menos dois por cento).

Nos últimos 17 anos a população urbana de São Mateus vem crescendo a taxas progressivas, denotando um forte processo migratório do interior do município para a sede. Em 1960, a taxa de urbanização (população urbana

³ FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Planejamento Regional - Região IV - Linhares - Vol. I. - Estudos Básicos*. Vitória, FJSN, 1980.

⁴ ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento/Secretaria da Educação. *Pesquisa Sócio-econômica/Censo Escolar, 1977*. Vitória, SEPL, 1977.

FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico do Espírito Santo*. Espírito Santo, 1960 e 1970.

sobre população total) era de 14,7%. Em 1970 saltou para 31,6% crescendo em 1977 para 32,2%. No mesmo período 60/77 a população rural em São Mateus vem decrescendo, passando de 79% da população total em 1960 para 48% em 1977⁵. Este processo de crescimento urbano e esvaziamento rural em São Mateus têm origem nas transformações ocorridas ao nível da economia na Região de Linhares.

Nas duas últimas décadas (50-70) a base da economia da Região de Linhares foi a indústria madeireira e as lavouras de cacau às margens do Rio Doce. Devido à intensa e predatória exploração das reservas florestais dos municípios, a cobertura florestal remanescente tornou inviável economicamente a continuidade da exploração madeireira, verificando-se a expansão da exploração das florestas naturais para o Sul da Bahia, ocorrendo uma diminuição na predominância da indústria madeireira na economia da região. Entretanto, a economia da região e também do município foi sendo substituída na sua base produtiva, passando do declínio da indústria madeireira para o incentivo à bovinocultura, com especial destaque em São Mateus para o gado leiteiro, que juntamente com as empresas reflorestadoras, passaram a comandar geração da renda interna da região e do município.

Estas alterações na conjuntura econômica do município refletiram na estrutura demográfica e na dinâmica populacional, gerando um aumento significativo de pessoas residindo na sede do município, provindas do meio rural.

Exerceu particular importância na conjuntura econômica do município na década 50-60, a abertura do eixo viário na BR-101 Norte, que contribuiu na consolidação do surto da indústria madeireira neste período. Entre 60-70, a pavimentação da rodovia e sua entrega ao tráfego, facilitou o escoamento e a exploração em escala da extração industrial exercida pelas empresas reflorestadoras.

⁵FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Planejamento Regional - Região IV - Linhares - Vol. I. - Estudos Básicos*. Vitória, FJSN, 1980.

Nos anos 70-77, torna-se predominante no Município de São Mateus o implemento da pecuária leiteira, cuja comercialização se dá através da Cooperativa de Nova Venécia. O Município de São Mateus tem 4,6% do rebanho de todo Estado e uma produção de leite que representa 3% da produção do Estado.

A erradicação do café também atingiu significativamente a economia de São Mateus, liberando mão-de-obra para a cidade e facilitando a ocupação das terras pela criação de gado.

Como a densidade de emprego na pecuária é menor que na cafeicultura, este fato contribuiu para o fluxo migratório, aumentando a pressão sobre a sede do município. A incorporação de pequenas propriedades é um outro fator dentro deste mesmo quadro.

Dos 3.406 imóveis rurais existentes no município em 1977, 15% destes imóveis detinham 41% da área agriculturável do município, caracterizando-se a exploração de grandes propriedades em detrimento dos pequenos estabelecimentos agrícolas.

Todas estas modificações influíram também na estrutura de renda da população do município. Assim temos que enquanto em 1970 a participação da População Economicamente Ativa do Município na agricultura representava 68,34% da força de trabalho ocupada, em 1977 esta mesma população ocupada na agricultura reduz-se para 42,04%. Por outro lado, acontece o inverso com o setor terciário, cuja ocupação da PEA representava em 1970, 21,49%, em 1977 salta para 43,02%. Desta forma ocorre uma inchaço do setor terciário em detrimento do setor primário.

Com o declínio da extração na Indústria Madeireira, e o ascenso das reflorestadoras que incorporam menos mão-de-obra em atividade contínua durante o ano, a participação da PEA ocupada na indústria reduz-se significativamente, conforme quadro a seguir.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DA PEA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS POR SETOR DE ATIVIDADE

ANO	SETORES		
	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO
1970	68,34%	10,17%	21,49%
1977	42,04%	8,76%	43,02%

ANO	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	% DA POPULAÇÃO TOTAL
1970	10.579	25%
1977	12.910	28%

Fonte: FIBGE, *Censo Demográfico do Espírito Santo*. 1970.

ESPÍRITO SANTO. SEPL/SEDU. *Pesquisa Sócio-econômica/Censo Escolar*, 1977.

O pouco aumento relativo da população ocupada economicamente no município de São Mateus demonstra que as atividades econômicas exercidas no âmbito do município não são grandes absorvedoras de mão-de-obra e por conseguinte a concentração no setor terciário indica a baixa remuneração do trabalho para esta mesma população ocupada. Esta conclusão é obtida quando vemos o quadro a seguir, que se refere à distribuição de renda da população ocupada no município.

QUADRO 2

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS: DISTRIBUIÇÃO DE CLASSE DE RENDA DA PEA - 1977

CLASSE DE RENDA (SMR)	PARTICIPAÇÃO % DA PEA
Sem rendimentos	4,81%
Menos de 1	25,44%
1 a 2	30,04%
2 a 5	20,14%
5 a 10	5,56%
10 a 20	2,58%
Mais de 20	2,30%

Fonte: ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento/Fundação Jones dos Santos Neves. *Planejamento Regional - Região IV - Linhares*. Vitória, FJSN, 1980.

Verifica-se, pois, que cerca de 60% da População Economicamente Ativa do Município de São Mateus ganha abaixo de 2 Salários Mínimos.

Estes deslocamentos populacionais e a baixa remuneração oferecida pelos setores que absorvem maior quantidade de mão-de-obra, potencializam o acentuado desequilíbrio entre a oferta e a demanda de trabalho no centro urbano de São Mateus, gerando como consequências o desemprego e o subemprego, direcionando dessa forma a marginalização social.

Como qualquer município brasileiro, São Mateus sofre da carência de recursos com uma arrecadação ainda que razoável para o tamanho do município mas insuficiente para fazer frente aos recentes problemas urbanos. Dos 8.421 domicílios existentes em 1977, conforme resultados da Pesquisa Sócio-econômica da SEPLAN/ES, 68% não são abastecidos por rede de água encanada, cerca de 77% possuem aparelhos sanitários rudimentares, apenas 8% são servidos por rede de esgotos enquanto que 18% utilizam-se de fossa séptica e 33% utilizam fossa negra, sem tratamento. Apenas 30% dos domicílios são servidos por rede de energia elétrica.

Nestas condições a proliferação de áreas de subabitações é altamente propícia e a marginalidade sócio-econômica de uma parte considerável da população do município resulta como consequência direta de todo o processo econômico ao nível da cidade e do crescente esvaziamento do interior. Do total de domicílios do Município, cerca de 1.717, representando 21%, são barracos e moradias improvisadas⁶. A constatação da existência da área de Vila Nova dentro do Município de São Mateus e de outras aglomerações de subabitações como o Bairro da Ponte e o Bairro de Santo Antônio mostram como o modelo econômico que ao mesmo tempo gera a concentração da renda e da propriedade, e produz a miséria e marginalização social ao nível de aglomerações urbanas maiores, reproduz-se com a mesma intensidade numa cidade do interior, particularmente escolhida para viabilizar a indústria do reflorestamento à base de pinhos e eucaliptos, basicamente voltada para exportação, sem absorver como deveria, grandes parcelas de mão-de-obra do município.

⁶ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento/Secretaria da Educação. *Pesquisa Sócio-econômica/Censo Escolar, 1977*. Vitória, SEPL, 1977, PSE. 44. Nesta Pesquisa, moradias improvisadas foram consideradas, veículos velhos, galpões abandonados, tendas, grutas, embarcações, prédios em construção e outros locais assemelhados que estavam servindo de moradia à época do Censo.

Assim, nesta situação, o envolvimento do município de São Mateus no Programa PROMORAR poderá representar um primeiro passo decisivo na solução de fixar o homem no interior, visto que ao se urbanizar somente áreas faveladas nos grandes centros, se está aumentando o fluxo migratório para as cidades. Não se pode relegar ao plano secundário obras de infraestrutura rural e urbana ao nível das pequenas cidades do interior.

Compreendendo a situação sócio-econômica do Município de São Mateus e sua vinculação com o Estado do Espírito Santo, particularmente a Grande Vitória, poder-se-á desenvolver uma recuperação de áreas faveladas com estratégia e objetivos de alcance a médio prazo que não se reduzam à área escolhida.

2.2.

O ASSENTAMENTO DE VILA NOVA

Vila Nova é um bairro localizado a Oeste do Centro da cidade de São Mateus, Município do Norte do Estado do Espírito Santo. Está situado na margem esquerda da Rodovia BR-101 Norte, no sentido Rio-Salvador, a 220km de Vitória e distando aproximadamente 1.500 metros do centro urbano, fazendo parte da sede do município. Este assentamento com aproximadamente, 28,5ha tem como limite Leste o Eixo Viário Norte da BR-101, e confronta-se ao Norte, ao Sul e ao Oeste com terrenos de propriedade particular. Vila Nova tem atualmente cerca de 3.786 habitantes, representando 8% da população do município, com uma densidade populacional de 133hab/ha. (Mapa 2).

O início da ocupação de Vila Nova começou no ano de 1966, através de invasões realizadas inicialmente por trabalhadores da construção civil e suas famílias, motivados pelo encerramento das obras de construção da BR-101. A área em que se situa o assentamento, na forma em que se encontra hoje foi provavelmente *produzida* por aterros, cortes e movimentação de terras em decorrência das obras da rodovia, recebendo a denominação pelos primeiros invasores de *Pé-Sujo*.

Tais invasões foram incentivadas e toleradas pelos proprietários originais do terreno, que direcionaram as primeiras ocupações em áreas específicas do assentamento. Tal atitude dos proprietários, muito provavelmente segundo informações obtidas, foi motivada pela intenção de obter uma urbanização da área através da ocupação progressiva de partes estratégicas do terreno, visando valorização mais rápida.

Contribui decisivamente para a expansão do assentamento nos anos de 1967 e 1968 a intensa propaganda de oferta de empregos movida pelas empresas re florestadoras que neste período começavam a instalar-se no interior Norte do Estado, principalmente em São Mateus e Conceição da Barra.

A área em que está localizado o assentamento de Vila Nova foi adquirida por arrendamento e/ou aforamento à Prefeitura Municipal de São Mateus, por um cidadão de nome Roberto Silves, ex-Prefeito do Município. Esta transação foi efetuada por força do documento denominado Carta Régia de São Mateus, datado de 1751 quando da emancipação do Distrito de São Ma teus da Capitania de Porto Seguro na Bahia e sua anexação à Capitania do Espírito Santo.

Consta deste documento que toda área localizada num raio de 33km do cen tro da cidade de São Mateus é de propriedade da Prefeitura Municipal, que detém o domínio legal de tais áreas e o poder de partilhá-las sob regime de aforamento, obedecendo aos interesses municipais.

No período de 1969 a 1970 a ocupação já abrangia todo o terreno e o nū mero de ocupantes se tornou incontrolável. Datam deste período as primei ras ações judiciais de despejo movidas pelo proprietário, inúmeras ve zes acompanhadas de ações violentas como incêndio e destruição de barracos, motivadas pelo desejo do proprietário de recuperar a área ocupada pelos posseiros. Devido ao grande número de famílias que já habitavam Pé-Sujo e à intensa mobilidade existente, tais ações não lograram êxito, vindo a po pulação *invasora* a consolidar definitivamente a ocupação no ano de 1970.

Face a preconceitos e discriminações movidas contra os habitantes de Pé-Su jo, por parte de outros moradores do município, a população local modifi cou o nome da área, passando esta a denominar-se Vila Nova, sendo reconhe cida como Bairro nos Registros Municipais.

Devido à grande carência de serviços básicos e às péssimas condições de vida e moradia da população deste bairro, o Governo Estadual à época da Administração Elcio Alvares - Governo 1975/1979, realizou tentativas de urbanização da área através do Programa PROFILURB do Banco Nacional de Habitação, com intermediação da Cia. Habitacional do Espírito Santo-COHAB.

Estas tentativas não atenderam aos objetivos pré-fixados, porque vieram acompanhadas de inúmeras promessas que geraram expectativas na população e que por motivos desconhecidos não foram concretizadas.

Tais promessas de urbanização da área não cumpridas provocaram na população local uma enorme frustração e um ceticismo coletivo diante de qualquer ação governamental voltada para beneficiar o assentamento. Ainda hoje percebe-se em vários habitantes do assentamento de Vila Nova, uma reação extremamente negativa e de desconfiança no Poder Público Estadual.

A tentativa de implantação do Programa PROFILURB em Vila Nova, se deu entre os anos de 1976-1978, datando deste período o primeiro levantamento sócio-econômico e topográfico, caracterizando a área, levado a efeito pela COHAB-ES.

Atualmente, o domínio da propriedade dos terrenos em Vila Nova está distribuído entre a COHAB-ES e o Sr. Roberto Silveiras, proprietário remanescente. Em maio de 1977, a COHAB-ES comprou do Sr. Roberto Silveiras 79% da área, ficando os restantes 21% em poder do proprietário remanescente.

A situação fundiária pode ser melhor compreendida pelo quadro abaixo:

QUADRO 3

RESUMO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DE VILA NOVA

DOMÍNIO/PROPRIEDADE	ÁREA (m ²)	VALOR (Cr\$)	PREÇO P/m ² (Cr\$)
Área adquirida pela COHAB-ES maio 77	225.365,04	292.230,00	1,30
Sr. Roberto Silves	60.000,00	272.500,08	4,50
Área total	285.365,04	570.730,08	2,00

Fonte: Companhia Habitacional do Espírito Santo - COHAB - 1980.

A área de propriedade do Sr. Roberto Silves é a frontal, limite com a BR-101-Norte, numa extensão de 600,00m e profundidade de 100,00m.

Alguns moradores do assentamento, atuais residentes na área ainda não negociada, compraram lotes do Sr. Roberto Silves com instrumento de compra e venda devidamente registrado e encontram-se com prestações quites, aguardando o instrumento de domínio do lote (escritura).

Esta situação fundiária que apresenta-se como um problema delicado, é motivo atual de muita ansiedade dos moradores aí residentes, preocupados em como se efetivará a legalização dos seus terrenos se for implantado na área o Programa de Urbanização previsto.

A área de Vila Nova foi escolhido pelo Grupo de Trabalho do PROMORAR/ES como uma das áreas prioritárias em face das tentativas anteriores de urbanização do próprio Governo Estadual, constituindo-se a sua recuperação em

ponto de honra da atual administração. Além disto, o assentamento de Vila Nova constitui-se num dos aglomerados de subabitações mais carentes do interior do Estado do Espírito Santo.

As demais informações que caracterizam a população deste bairro do ponto de vista social econômico e cultural, encontram-se a seguir descritas como resultado da pesquisa de campo efetuada pela FJSN.

3.

FICHA TÉCNICA DO ASSENTAMENTO VILA NOVA

FICHA TÉCNICA DO ASSENTAMENTO DE VILA NOVA-SÃO MATEUS/ES

Período de ocupação mais intensa	1966-1970		
Propriedade do terreno	21% Sr. Roberto Silveira 79% COHAB-ES		
Área	28,5ha		
Famílias principais	718]	780
Famílias secundárias	62		
Total da população	3.786hab		
Número médio de membros por família	4,8		
Famílias que residem em imóveis próprios	562]	780
Famílias que residem em imóveis alugados	106		
Famílias que residem em imóveis cedidos	112		
Densidade bruta	133hab/ha		
Número de habitações	718		
Habitações de alvenaria	234]	718
Habitações de madeira	377		
Habitações de estuque	107		
Área média das habitações	36m ²		
Imóveis não exclusivamente residenciais	112		
Imóveis exclusivamente residenciais	666		
Imóveis mistos (de uso residencial e comercial de serviços etc)	52]	112
Imóveis não residenciais (de uso comercial de serviço etc)	60		
Imóveis vazios, fechados e em construção	107		
Total de imóveis	885		

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

4.

METODOLOGIA

O presente estudo sócio-econômico do bairro de Vila Nova foi desenvolvido, obedecendo às seguintes premissas básicas:

a) *Integração e participação da população*

Foram realizadas entrevistas informais, seguidas de reuniões com os moradores, esclarecendo-lhes o objetivo do programa, incentivando-os a participarem ativamente de um projeto que os atinge diretamente. Ainda nesta mesma ótica, foram feitas, pela equipe técnica, observações sistemáticas e seletivas referentes ao comportamento e aspirações dos moradores em relação ao aglomerado.

Esta participação, acompanhada de um *feed-back* constante, permitiu à equipe técnica incorporar aspirações da população na análise final dos dados, oferecendo, por conseguinte, uma maior confiabilidade na elaboração de um diagnóstico preciso do assentamento;

b) *Acompanhamento direto da equipe de pesquisadores*

Visando garantir informações fidedignas dos moradores e não permitir falseamento das informações por parte dos estagiários, a equipe técnica acompanhou, através de supervisão e monitoramento, todas as entrevistas realizadas.

Este comportamento permitiu assegurar uma análise compatível com a realidade vivida em todos os aspectos pela população local;

c) *Classificação e análise dos dados*

Todos os dados foram classificados sistematicamente, de forma a relacionar estruturalmente todas as interações individuais e sócio-comunitárias existentes.

Esta metodologia, observada durante todo o desenvolvimento dos trabalhos, constituiu-se no aspecto mais importante, uma vez que, com tal atitude, a equipe técnica conseguiu junto a população uma maior receptividade ao Programa. Pretende-se que esta metodologia seja seguida em todo o processo de transformação que irá ocorrer na área, uma vez que a população local é dotada de uma experiência reivindicatória e de capacidade organizativa, além do que, ninguém melhor do que os próprios moradores poderá saber quais medidas são compatíveis com as necessidades do bairro.

A seguir, são descritas todas as etapas do desenvolvimento do presente estudo.

4.1.

HISTÓRICO DA PESQUISA

Entre a recepção do questionário proposto pelo BNH, em março de 1980, e a emissão do relatório final de pesquisa em 22 de julho, diversas etapas foram cumpridas, segundo o cronograma físico de trabalho, apresentado na página seguinte.

- a) *Teste do questionário*: após definida a estrutura do questionário, foram aplicados 10 questionários num bairro da Grande Vitória, também ocupado por população de baixa renda para que fosse estabelecido o tempo médio necessário à aplicação e relevadas possíveis dificuldades por deficiência estrutural do próprio instrumento de pesquisa. Essa experiência indicou um intervalo médio de 20 minutos necessários à entrevista, ao qual foi acrescentada uma margem de segurança de 10 minutos, a 14 de maio de 1980.

- b) *Sistema de tabulação*: aprovado o questionário passou-se ao estudo do sistema de tabulação. Foi contactada a PRODEST - Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo, a qual passou a estudar o formato dos relatórios de saída, a ficha definitiva de aplicação da pesquisa, o programa de crítica e o programa de tabulação. Tais trabalhos iniciaram-se logo após o teste do questionário e, uma vez elaborados os lay-outs de saída foram estes submetidos à apreciação do BNH e aprovados, continuando a empresa a elaborar o sistema até a data de recebimento das fichas de pesquisa preenchidas, 6 semanas depois. (Anexo I).

QUADRO 4

CRONOGRAMA FÍSICO - PROMORAR-ES - SÃO MATEUS

FASES	MAIO 1980			JUNHO 1980				JULHO 1980					
	14	21	28	4	11	18	25	2	9	16	23	30	
Sistema de tabulação	14											30	
Nivelamento das vias		<u>22</u>	<u>30</u>										
Foto aérea/ampliações		<u>17</u>	<u>29</u>										
Mapa básico			<u>28</u>										
Preparação da comunidade		<u>22</u>	<u>31</u>										
Treinamento				<u>2</u>	<u>4</u>								
Aplicação/revisão					<u>5</u>	<u>8</u>							
Planta cadastral definitiva							<u>20</u>	<u>27</u>					
Codificação/tabulação						<u>11</u>						<u>22</u>	
Análise/interpretação									<u>9</u>			<u>22</u>	
Seminário de avaliação												<u>23</u>	<u>24</u>
Relatório final												<u>25</u>	<u>30</u>

ETAPAS	1ª ETAPA	RELATÓRIO 1	2ª ETAPA	RELATÓRIO 2	3ª ETAPA	ANÁLISE PRELIMINAR	RELATÓRIO FINAL
--------	----------	-------------	----------	-------------	----------	--------------------	-----------------

- c) *Foto aérea/Mapa básico*: a 17 de maio de 1980 foi sobrevoado o local e tomadas fotos aproximadamente verticais em sequência rápida. Tais fotos, numa pequena ampliação foram confrontadas com um levantamento topográfico da área realizado em 1976, para o estabelecimento de alguns pontos notáveis com o auxílio dos quais foram traçados dois grandes triângulos abrangendo toda a área.

Estes triângulos, levados à escala aproximada de 1/1000, no ampliador, possibilitaram uma ampliação da foto na mesma escala. Esta foto, desenhada em papel vegetal, serviu de mapa básico para a numeração dos imóveis, aplicação dos questionários e todo o acompanhamento da operação no campo e no gabinete. Essa metodologia teve por objetivo agilizar a obtenção do mapeamento.

Tendo por base a rede viária interna, dividiu-se a área em cinco setores de pesquisa, sendo numerados, a priori, todos os imóveis em gabinete. Tal numeração foi transcrita, no primeiro dia de pesquisa, para os imóveis, por estagiários numeradores divididos pelos diversos setores já citados.

Os entrevistadores, dividindo entre si os imóveis já numerados e supervisionados por um monitor já conhecedor da área pelo fato de haver participado da operação de numeração, vieram a seguir completando a tarefa (Mapa 3). (Anexo 1).

- d) *Preparação da Comunidade/Nivelamento das vias*: etapas realizadas simultaneamente de 22 a 31 de maio de 1980:

- os primeiros contatos realizados em São Mateus com a Prefeitura, lideranças da Igreja Católica local e representantes dos moradores foram informais e serviram para constatar o descrédito da população em relação aos acenos do PROMORAR ou de qualquer outro programa oficial e a inconveniência de se realizar a pesquisa com estagiários-estudantes recrutados em São Mateus pela existência de preconceitos e interesses capazes de distorcer a realidade.

- reuniu-se a equipe com os líderes comunitários e procurou explicar o conceito e os objetivos do PROMORAR, distribuindo inclusive um folheto para que fosse encaminhado às famílias posteriormente. Obteve-se a colaboração desta liderança no sentido da divulgação dos trabalhos a serem iniciados junto ao povo, da participação conjunta na própria operação de campo e da obtenção de boa receptividade para os pesquisadores (Anexo 1).

A 23 de maio, realizou-se assembléia geral com os moradores onde foram expostas publicamente as finalidades do projeto.

- o nivelamento das vias internas do bairro foi realizado por topógrafo residente em São Mateus. Constituiu-se na determinação dos eixos, cavação e nivelamento de estacas e intervalos variando entre 20 e 40m e nos cruzamentos, na escala de 1:1000. Tal nivelamento tomou como referência de nível o eixo da rodovia BR-101 na altura da localidade e teve por finalidade orientar os projetos de drenagem, pavimentação, iluminação pública, abastecimento de água e coleta de esgotos que porventura se fizessem necessários (Mapa 4). (Anexo 1).

e) *Treinamento dos estagiários pesquisadores:* tendo ficado evidente pelo primeiro contato com as lideranças de Vila Nova a inconveniência de se trabalhar com estagiários recrutados em São Mateus, solicitou-se à Coordenação Estadual do Projeto RONDON, entidade designada pelo Ministério do Interior para realizar a aplicação da Pesquisa de Campo, que selecionasse estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo.

O treinamento dessa equipe foi realizado de 2 a 4 de junho de 1980.

Tal atividade foi dividida em duas partes distintas. A primeira, referia-se ao treinamento básico dos estagiários que atuariam como numeradores dos imóveis, necessitando estes de uma visão espacial da área fornecida pela fotografia aérea, bem como de uma noção prática dos setores em que foi dividida a localidade para efeito de pesquisa. A segunda, refe

riu-se diretamente a instruções básicas fundamentais para preenchimento do formulário de pesquisa.

Utilizou-se tanto para uma, quanto para outra parte, o Manual de Instruções do Entrevistador, elaborado em comum acordo pelo BNH e FJSN e que consta em (Anexo I).

O programa de treinamento constou dos seguintes itens:

- exposição sobre finalidades e objetivos do PROMORAR;
- exposição sobre situação habitacional no Espírito Santo. O surgimento das favelas e a recente política de urbanização;
- informações sobre a realidade sócio-econômica-física e populacional da localidade de Vila Nova, visando conscientizar os estagiários da resistência natural da população a qualquer tipo de pesquisa relacionado com Órgão Governamental;
- explicação detalhada sobre todos os itens do questionário, enfatizando-se principalmente a atenção dos estagiários com relação a:
 - . renda (comprovada e não comprovada);
 - . numeração e cadastro (imóvel, família principal e secundárias);
 - . as atividades não residenciais.

Além do treinamento específico diretamente relacionado com a aplicação dos questionários, a cargo da Fundação Jones dos Santos Neves, foram ministrados pela Coordenação Estadual do Projeto RONDON, recomendações gerais relacionadas com a finalidade do RONDON.

f) *Aplicação da pesquisa/revisão*: desenrolou-se de 5 a 8 de junho de 1980 e dividiu-se em:

- *Numeração*: De acordo com o planejamento anteriormente traçado, a numeração precedeu a pesquisa de campo, visando facilitar a tarefa do entrevistador. A partir da fotografia aérea, ampliada na escala aproximadamente de 1:1.000, foram feitos mapas cadastrais de campo, que fornecidos aos numeradores e monitores, permitiram um controle preciso sobre os imóveis cadastrados.

Todavia, a confecção destes mapas, a partir de foto vertical panorâmica levou ao cadastramento de todos os volumes visíveis da área, sejam estes prédios ou construções anexas ou mesmo volumes estranhos, tais como: carrocerias, pilhas de tijolos, montes de areia e outros. No momento de transpor, no campo, a numeração do mapa cadastral para os prédios, foram cancelados os números correspondentes aos volumes estranhos e foram acrescentados novos números à medida que se revelavam casas não detetadas na foto, seja por encobrimento de árvores ou camuflagem.

A numeração, fornecida nos mapas, foi atribuída aos prédios, na planta cadastral, da esquerda para a direita e de cima para baixo. A área foi subdividida em 5 setores, numerados de 1 a 5, cada qual formado por subsetores ou quadras. Na numeração de prédios nas quadras, tomou-se o sentido horário.

Os números foram aplicados em locais visíveis, a partir da via pública, com gabaritos de zinco e tinta a óleo preta, aplicada com pincel. Evitou-se na medida do possível aplicar a numeração em muros, cercas, e portas e janelas, dando-se frequência à parede externa das casas.

- *Aplicação dos questionários*: O trabalho foi iniciado na quinta-feira, dia 05/06/80, às 14:00 horas, e para obtenção de melhores resultados na sua execução adotou-se o seguinte esquema organizacional:

- . a área de Vila Nova foi dividida em 5 (cinco) centros de pesquisa (setores);
- . de acordo com o número de unidades foi distribuído em cada centro de pesquisa uma quantidade de pesquisadores suficientes para cobrir tais unidades nos 4 (quatro) dias de pesquisa.

Para cada setor de pesquisa foi designado um monitor do Projeto RONDON, especialmente treinado para exercer a tarefa de supervisionar a aplicação, controlar o desempenho de cada estagiário, sanar as dúvidas ocorridas na hora da entrevista, revisar preliminarmente os questionários aplicados e encaminhar as entrevistas feitas para a equipe técnica.

Com a tarefa de orientar, recolher questionários revisados em campo, supervisionar os monitores e resolver problemas de ordem administrativa e disciplinar, necessários ao bom andamento dos trabalhos, foi designado um Coordenador do RONDON, que atuava simultaneamente junto à Equipe Técnica da Fundação Jones dos Santos Neves e junto aos monitores e estagiários.

Assim, dessa forma, simultaneamente à ocorrência da pesquisa de campo, era executada pela Equipe Técnica a revisão dos questionários aplicados e o controle em mapa dos imóveis cadastrados e investigados.

Para garantir um acompanhamento efetivo dos trabalhos de campo, a equipe técnica se localizou na Escola de 1º Grau Américo Silveiras, que fica em área bem central do assentamento. Esta proximidade facilitou o trabalho de reuniões, ao final do dia, de cada orientador de equipe técnica com os monitores e entrevistadores de cada setor. Este procedimento garantiu que todos os moradores fossem entrevistados e que nenhum domicílio tenha ficado sem cadastramento ou numeração.

QUADRO 5

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS NO CAMPO

COMPOSIÇÃO	SETORES				
	1	2	3	4	5
Número de estagiários	06	10	05	10	08
Número de imóveis	152*	271*	134*	253*	198*
Número de monitor	01	01	01	01	01

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

*Presumido, inicialmente, a partir da foto aérea.

Cada entrevistador também foi orientado para conceder a cada família entrevistada um Certificado de Inscrição no Programa PROMORAR, critério adotado para garantir que fossem somente beneficiadas as pessoas moradores no assentamento quando da época do cadastro e pesquisa. Tal modelo segue anexo ao presente relatório (Anexo I).

Finalizando o trabalho de pesquisa, foi realizada uma reunião final com entrevistadores, numeradores e monitores para conferir fielmente através do Mapa de Controle e dos mapas de campo se efetivamente toda a área havia sido coberta. Após a realização de tal checagem e conferidos todos os setores, deu-se por encerrada a pesquisa às 17 horas do dia 08/06/80.

- g) *Codificação/Planta cadastral definitiva*: Iniciou-se a codificação a partir de 11 de junho, mantendo-se ainda cada membro da equipe na codificação de seu respectivo setor de pesquisa.

As unidades cadastradas foram classificadas segundo três categorias:

- . TIPO 1 - casas vazias, fechadas e em construção;
- . TIPO 2 - unidades não exclusivamente residenciais;
- . TIPO 3 - unidades exclusivamente residenciais.

TIPO 1

As unidades desta categoria tiveram preenchidas apenas a folha 3 do questionário, numerando-se com o algarismo 9 o último dígito à direita do número cadastral da família.

Tal caso, não era previsto pelo manual de instrução para preenchimento e foi instituído para que fossem cadastrados esses imóveis.

Somente os dados relativos à possibilidade de alagamento, ao material das paredes e à área do imóvel foram considerados na ficha citada.

TIPO 2

As unidades desta categoria corresponderam às constantes na folha 4 do questionário de pesquisa.

TIPO 3

Estas unidades, tiveram preenchidas as 3 principais folhas do questionário.

Na operação de codificação foi completada a tarefa de cancelar os prédios anexos que haviam sido cadastrados, e não se enquadraram em nenhum dos tipos citados acima. Assim: banheiros, cozinhas, depósitos, chiqueiros, galinheiros e congêneres, foram eliminados quando isolados das habitações.

As novas unidades surgidas no campo por camuflagem na foto, foram numerados de 1003 e 1028 e foram incluídas na tipologia acima.

Ao final desta fase, antes que as fichas fossem remetidas à empresa de processamento de dados, a equipe tinha em mãos o total de imóveis classificados em cada categoria e total de famílias, o que veio a se revelar de grande utilidade como elemento de controle contra a perda de questionários ou o aparecimento de resultados discutíveis na tabulação.

Tendo em mãos o total de imóveis cancelados, vazios, fechados ou em construção e em utilização, criou-se um código para assinalar em planta cadastral, esses casos:

1. Imóveis em utilização
2. Imóveis cancelados
3. Imóveis vazios, fechados, em construção

Da mesma forma, procurou-se representar os imóveis que são utilizados em conjunto com a residência ou o comércio, envolvendo-os com uma linha tracejada.

Estes dados permitiram por final o desenho definitivo da planta cadastral (Planta Cadastral - Mapa 5).

- h) *Tabulação*: As fichas codificadas passaram por um programa de crítica, que recusou todas aquelas consideradas incorretamente preenchidas. Tais fichas foram novamente corrigidas e submetidas à triagem. Após esta triagem, foram digitados todos os dados corrigidos e impresso um relatório preliminar para análise a 09/07/80.

Verificadas estas listagens e tabelas iniciais foram constatadas algumas falhas do tipo:

- 1) chefes repetidos na listagem;
- 2) chefes não mencionados na listagem;
- 3) famílias sem rendimentos, mas com despesas apreciáveis;
- 4) falta de totais em tabelas;
- 5) falta de colunas de dados;

as quais foram examinadas pela equipe, em conjunto com os analistas da PRODEST, até serem eliminados todos os erros de definição ou de programação, o que se verificou a 22 de julho de 1980 com a impressão de um relatório final.

4.2.

ABORDAGEM DA COMUNIDADE

Além dos contatos informais com lideranças e da assembléia geral, cujo objetivo foi o esclarecimento das finalidades da pesquisa e do programa, foram realizadas reuniões periódicas de avaliação do trabalho com a comissão de moradores, durante as quais foram abordados assuntos, tais como:

- 1) a questão relativa aos órgãos executores do projeto;
- 2) o valor das futuras prestações em face de pobreza local (ocasião em que se explicou o mecanismo do incentivo fiscal);
- 3) a importância da participação da comissão de moradores na discussão e implantação do futuro projeto;
- 4) os resultados do trabalho de numeração e entrevista, em termos gerais;
- 5) as dificuldades operacionais surgidas em campo e sua superação;
- 6) a importância do fortalecimento da comissão de moradores e a necessidade de união.

Eventuais problemas, como:

- 1) conflito entre inquilinos e proprietários;
- 2) retardatários;
- 3) recusa do questionário ou da numeração;
- 4) pessoas em trânsito na ocasião da pesquisa.

Foram resolvidos com a ajuda da Comissão, no local, ou posteriormente, na Fundação Jones dos Santos Neves, através de novo contato com as lideranças.

4.3.

O QUESTIONÁRIO

Em termos gerais, o questionário preencheu sua finalidade, restando uma ressalva quanto ao quadro *Motivos da Migração*, da folha *tipo 1*, onde faltou uma melhor definição destes motivos, resultando em ambiguidade.

Para o cadastramento dos imóveis vazios, fechados ou em construção, onde apenas a folha *tipo 3*, que cuida dos *dados do domicílio*, pode ser considerada, criou-se o código 9, colocado no alto da folha à direita do *número cadastral do imóvel* no dígito *Família*. Tal providência visou evitar dúvidas quanto ao preenchimento incompleto eventual.

Com a finalidade de consolidar um pouco mais os resultados introduziu-se uma 5ª folha no questionário com duas perguntas relativas à expectativa da população quanto ao PROMORAR e à sua disponibilidade de pagamento (Anexo I).

Tais dados foram, posteriormente, comparados com o resultado da tabulação em computador onde se evidenciaram as carências de infra-estrutura e os níveis de renda familiar do bairro.

4.4.

A TABULAÇÃO

Alem da tabulação do questionário básico de pergunta, feita em computador, foi feita uma tabulação manual adicional de informações obtidas pelo próprio formulário oficial, e pela folha suplementar já citada. Tal procedimento se deveu ao fato de muitas informações importantes, obtidas na pesquisa, não figurarem nas tabelas e listagens constantes da saída do programa, a qual se compunha de:

- Listagem identificando cada chefe de família na ordem alfabética com número cadastral, endereço e número de componentes da família;
- Listagem identificando cada chefe de família em ordem crescente do número cadastral;
- Listagem identificando os chefes de família em ordem alfabética, que não possuem documento de identidade ou título de eleitor, com respectivos endereços;
- Famílias por classe de renda total, segundo características do chefe (sexo, idade, tempo de residência no município, local de nascimento, local de proveniência, nível de instrução, classes de renda comprovada, não comprovada e total do chefe); motivos da migração;
- Famílias por classe de renda total por número de membros;
- Famílias por classe de renda total segundo despesas com crediário, aluguel, água, luz e total destas;
- População por classe de renda total da família segundo relação de parentesco com chefe de família, idade e condição de estudantes;
- Famílias por classe de renda total, segundo características do domicílio

(uso não residencial do imóvel, condição de ocupação, material das paredes, possibilidade de alagamento, abastecimento de água, instalação de água, luz elétrica, sistema de eliminação de dejetos, existência de banheiro e vaso sanitário, número de salas mais quartos e área da casa);

- Domicílios por material das paredes, segundo suas demais características;
- Imóveis não exclusivamente residenciais, segundo função, por condição legal, classe de renda e pessoal ocupado.

As tabulações adicionais, forneceram os seguintes dados complementares:

- População economicamente ativa por faixa etária;
- População economicamente ativa por ocupações:
- Renda dos chefes por ocupação;
- Disponibilidade média de pagamento da população;
- Renda média familiar;
- Reivindicações mais incidentes da população;
- Tempo de residência das famílias no domicílio atual;
- Detalhamento da origem dos chefes de família;
- Chefes com renda simultânea: comprovada e não comprovada.

5.

RESULTADOS DA PESQUISA

5.1.

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO

5.1.1. NÚMERO DE HABITANTES, DE FAMÍLIAS E CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS

A população total de Vila Nova é de 3.786 habitantes, sendo 780 chefes de família e 3.006 outros membros. A distribuição dos demais membros das famílias segundo seu parentesco com o chefe é a seguinte.

QUADRO 6

MEMBROS DAS FAMÍLIAS, SEGUNDO SUA RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE

PARENTESCO COM O CHEFE	NÚMERO DE MEMBROS	
Cônjuge	571	19%
Filho	2.234	74%
Pai, mãe	53	2%
Irmão	60	2%
Outros parentes	81	3%
Agregado	7	-
TOTAL	3.006	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

O número médio de membros por família é de 4,8 pessoas para uma população total de 3.786 habitantes e 780 famílias, coincidindo com a média estadual⁷ e ligeiramente inferior à média nacional de 5 pessoas por família⁸.

QUADRO 7

FAMÍLIAS POR NÚMERO DE MEMBROS

NÚMERO DE MEMBROS	FAMÍLIAS	
1 a 2	156	20%
3 a 5	349	45%
6 a 10	253	32%
11 e mais	22	3%
TOTAL	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

⁷ ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Planejamento. *Pesquisa Sócio-econômica. Vitória*. SEPL, 1977.

⁸ FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1974. Na

5.1.2. MOBILIDADE

48% dos chefes de família nasceram em outros estados.

QUADRO 8

CHEFES DE FAMÍLIA, SEGUNDO LOCAL DE NASCIMENTO

LOCAL DE NASCIMENTO	CHEFES DE FAMÍLIA	
No Município de São Mateus	218	28%
Em outro município do Estado do Espírito Santo	186	24%
Em outro Estado	376	48%
TOTAL	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

49% dos chefes são provenientes do próprio município, ou seja, tiveram seu último local de residência no município, o que significa que parte deles, já havia migrado para o município antes de residir na área. Da mesma maneira, 79% são oriundos do próprio Estado do Espírito Santo, ao passo que apenas 52% nasceram no Estado (quadros 8 e 9).

QUADRO 9

CHEFES DE FAMÍLIA, SEGUNDO ÚLTIMO LOCAL DE ORIGEM

ÚLTIMO LOCAL DE ORIGEM	CHEFES DE FAMÍLIA	
Município de São Mateus	386	49%
Outro município do Estado do Espírito Santo	231	30%
Outro Estado	163	21%
TOTAL	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

Um maior detalhamento da origem imediata dos chefes, antes de vir para a área, pode ser obtido através do quadro a seguir.

QUADRO 10

CHEFES DE FAMÍLIA, SEGUNDO ÚLTIMO LOCAL DE ORIGEM POR MUNICÍPIO E ESTADO

ÚLTIMO LOCAL DE ORIGEM	CHEFES DE FAMÍLIA	
Vitória	16	2%
Aracruz	7	
Pedro Canário	8	
Pinheiros	22	
Colatina	14	
Linhares	41	24%
Nova Venécia	20	
Conceição da Barra	46	
Montanha	9	
Mucurici	3	
Boa Esperança	19	
Outros municípios (Espírito Santo)	29	4%
São Mateus	386	49%
Minas Gerais	69	
Bahia	80	24%
Outros Estados	9	
Sem informação	2	-
TOTAL	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

O maior percentual de famílias (55%) reside no domicílio atual há até 2 anos, conforme quadro abaixo.

QUADRO 11

FAMÍLIAS, SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO ATUAL

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO DOMICÍLIO	FAMÍLIAS	
Até 2 anos	401	55%
2 a 4	108	14%
4 a 6	102	13%
6 a 8	72	9%
Mais de 8	66	9%
TOTAL	799*	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

*Uma família não soube informar.

Contudo, existe grande mobilidade na área, pois 48% das famílias reside no Município há mais de 8 anos, conforme quadro abaixo.

QUADRO 12

FAMÍLIAS, SEGUNDO TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO

TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	
Até 2 anos	122	16%
2 a 4 anos	83	11%
4 a 6 anos	96	12%
6 a 8 anos	99	13%
Mais de 8 anos	376	48%
TOTAL	776*	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

*Quatro famílias não souberam informar.

5.1.3. RENDA

RENDA FAMILIAR

A distribuição das famílias por classe de renda mostra 464 famílias (60%) abaixo de 1 SMR, 232 (30%) entre 1 e 2 SMR, 67 (8%) acima de 2 até 4 SMR, e apenas 17 famílias (2%) com renda superior a 4 SMR. (quadro 18).

As faixas de renda familiar mais baixa estão ocupadas pelos chefes mais jovens, até 20 anos. O maior percentual de chefes de família (51%) se situa na faixa etária de 31 a 55 anos, conforme quadro a seguir.

QUADRO 13

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO IDADE DO CHEFE

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	IDADE DO CHEFE									
	ATÉ 20 ANOS		21 a 30 ANOS		31 a 55 ANOS		MAIS DE 55 ANOS		TOTAL	
Sem rendimentos	5	1%	5	1%	12	2%	3	0%	25	3%
+ de 0 a 1/2	1	0%	28	4%	57	7%	55	7%	141	18%
+ de 1/2 a 1	13	2%	93	12%	144	18%	35	4%	285	37%
+ de 1 a 2	3	0%	73	9%	130	17%	19	2%	225	29%
+ de 2 a 3	1	0%	9	1%	33	4%	6	1%	49	6%
+ de 3 a 4	0	0%	3	0%	13	2%	1	0%	17	2%
+ de 4 a 5	0	0%	2	0%	2	0%	2	0%	6	1%
+ de 5 a 8	1	0%	3	0%	4	1%	0	0%	8	1%
Mais de 8	0	0%	1	0%	2	0%	0	0%	3	0%
TOTAL	24	3%	217	28%	397	51%	121	16%	759	97%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980

OBS: Em 3% dos casos não foi possível apurar a idade do chefe da família, por esse motivo, o percentual total é de 97%.

A distribuição dos chefes ligados a famílias com renda até 1 SMR, segundo a sua idade é a seguinte:

QUADRO 14

CHEFES DE FAMÍLIA POR IDADE, SEGUNDO MENOR RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR	IDADE DO CHEFES			
	ATÉ 20	21 a 30	31 a 55	MAIS DE 55
Até 1 SMR	79%	58%	54%	77%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

Dentre as famílias que possuem chefe do sexo feminino (18%), 81% ganham até 1 SMR e apenas 1 família percebe acima de 3 SMR.

Dentre as famílias com chefes do sexo masculino (82%), 54% percebem até 1 SMR e 4% recebem acima de 3 SMR, conforme quadro a seguir.

QUADRO 15

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO SEXO DO CHEFE

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	SEXO DO CHEFE					
	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
Sem rendimentos	11	1%	17	2%	28	4%
+ de 0 a 1/2	82	11%	66	8%	148	19%
+ de 1/2 a 1	254	33%	34	4%	288	37%
+ de 1 a 2	210	27%	22	3%	232	30%
+ de 2 a 3	46	6%	4	1%	50	6%
+ de 3 a 4	16	2%	1	0%	17	2%
+ de 4 a 5	6	1%	0	0%	6	1%
+ de 5 a 8	8	1%	0	0%	8	1%
Mais de 8	3	0%	0	0%	3	0%
TOTAL	636	82%	144	18%	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

RENDA DO CHEFE DE FAMÍLIA

Verifica-se que 36% dos chefes apresentam renda comprovada de até 1 SMR e 37% renda não comprovada da mesma ordem, mostrando que *as menores rendas não se concentram em alguma das categorias.*

Por outro lado, *as maiores rendas (acima de 4 SMR), situam-se entre os chefes de renda não comprovada (2% ou 15 chefes).*

A faixa de renda familiar intermediária, entre 1 a 4 SMR, mostra 24% dos chefes com renda não comprovada e 18% com renda comprovada, mostrando um certo predomínio das atividades independentes.

Limitando-se a análise à faixa de renda familiar compreendida entre 1 e 2 SMR, verifica-se que permanece o predomínio dos chefes de renda não comprovada (19% contra 14%) (quadros 16 e 17). Os chefes, com renda comprovada e não comprovada, simultaneamente são 32 ou 4%.

QUADRO 16

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO CLASSE DE RENDA COMPROVADA DO CHEFE

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	CLASSE DE RENDA COMPROVADA DO CHEFE									
	RENDA COMPROVADA	0 a 1/2	+ 1/2 a 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 4	+ 4 a 5	+ 5 a 8	> 8	TOTAL
Sem rendimentos	28 4%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	28 4%
+ de 0 a 1/2	91 12%	57 7%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	148 19%
+ de 1/2 a 1	132 17%	12 2%	144 18%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	288 37%
+ de 1 a 2	126 16%	7 1%	42 5%	57 7%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	232 30%
+ de 2 a 3	27 3%	1 0%	11 1%	5 1%	6 1%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	50 6%
+ de 3 a 4	11 1%	0 0%	4 1%	1 0%	0 0%	1 0%	0 0%	0 0%	0 0%	17 2%
+ de 4 a 5	4 1%	0 0%	1 0%	1 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	6 1%
+ de 5 a 8	7 1%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	8 1%
Mais de 8	3 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	3 0%
TOTAL	429 55%	77 10%	202 26%	64 8%	6 1%	1 0%	0 0%	1 0%	0 0%	780 100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 17

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO CLASSE DE RENDA NÃO COMPROVADA DO CHEFE

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	CLASSE DE RENDA NÃO COMPROVADA DO CHEFE									TOTAL
	SEM RENDA NÃO COMP.	0 a 1/2	+ 1/2 a 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 4	+ 4 a 5	+ 5 a 8	> 8	
Sem rendimentos	28 4%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	28 4%
+ de 0 a 1/2	61 8%	87 11%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	148 19%
+ de 1/2 a 1	149 19%	18 2%	121 16%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	288 37%
+ de 1 a 2	91 12%	13 2%	38 5%	90 12%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	232 30%
+ de 2 a 3	19 2%	1 0%	5 1%	17 2%	8 1%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	50 6%
+ de 3 a 4	7 1%	0 0%	3 0%	2 0%	4 1%	1 0%	0 0%	0 0%	0 0%	17 2%
+ de 4 a 5	1 0%	0 0%	1 0%	1 0%	1 0%	0 0%	2 0%	0 0%	0 0%	6 1%
+ de 5 a 8	1 0%	0 0%	1 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	5 1%	0 0%	8 1%
Mais de 8	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	1 0%	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	3 0%
TOTAL	357 46%	119 15%	170 22%	110 14%	14 2%	1 0%	3 0%	6 1%	0 0%	780 100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

Nas famílias com renda inferior a 1 SMR é a renda do chefe a principal fonte.

Nas famílias que percebem de + 1 a 2 SMR, a renda dos demais membros já têm maior participação no total. Este fenômeno se acentua na faixa de + 2 a 3 SMR, sendo ínfimo o número de chefes ganhando sozinhos acima de 2 SMR (4,6% ou 35 chefes).

É a família como um todo que garante as rendas mais altas que 2 SMR (ver quadro 18 a seguir).

QUADRO 18

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO CLASSE DE RENDA TOTAL DO CHEFE

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	CLASSE DE RENDA TOTAL DO CHEFE									
	SEM RENDA	0 a 1/2	+ 1/2 a 1	+ 1 a 2	+ 2 a 3	+ 3 a 4	+ 4 a 5	+ 5 a 8	> 8	TOTAL
Sem rendimentos	28 4%	.0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	28 4%
+ de 0 a 1/2	6 1%	142 18%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	148 19%
+ de 1/2 a 1	3 0%	16 2%	269 34%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	288 37%
+ de 1 a 2	0 0%	12 2%	60 8%	160 21%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	232 30%
+ de 2 a 3	0 0%	1 0%	12 2%	21 3%	16 2%	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%	50 6%
+ de 3 a 4	1 0%	0 0%	7 1%	3 0%	4 1%	2 0%	0 0%	0 0%	0 0%	17 2%
+ de 4 a 5	0 0%	0 0%	1 0%	1 0%	2 0%	0 0%	2 0%	0 0%	0 0%	6 1%
+ de 5 a 8	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	0 0%	0 0%	1 0%	6 1%	0 0%	8 1%
Mais de 8	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	1 0%	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	3 0%
TOTAL	38 5%	171 22%	351 45%	185 24%	23 3%	2 0%	3 0%	7 1%	0 0%	780 100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.1.4. INSTRUÇÃO

76% da população de Vila Nova se compõe de crianças e jovens com idades variando de 0 a 19 anos, num total de 2.277 pessoas, excluindo-se desse total os chefes de família.

Na faixa etária de escolaridade obrigatória (7 - 14 anos), encontramos 24% da população do bairro ou 903 pessoas, das quais 22% não estão estudando (quadro 20).

Dentre essas crianças, 89% pertencem a famílias na faixa de rendimentos de 0 a 2 SMR (quadro 21).

Entre os chefes de família, 6% ou 47 chefes, ainda estudam, elevando o total da população estudantil a 1.126 pessoas.

Examinando-se a distribuição dos chefes ligados a famílias com rendimentos abaixo de 1 SMR segundo seu nível de instrução, verifica-se que quanto maior este nível, tende a ser menor o percentual de chefes nesta classe (quadro 19).

Assim, 71% dos chefes analfabetos estão ligados a famílias com renda até 1 SMR, contra 57% dos alfabetizados e 45% dos que possuem 1º Grau incompleto.

QUADRO 19

CHEFES POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO CLASSE DE RENDA FAMILIAR

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO CHEFE				TOTAL
	ANALFABETO	ALFABETIZADO	1º GRAU INCOMPLETO	OUTRO	
Sem rendimentos	14	7	7	-	28
+ 0 a 1/2	98	34	14	2	148
+ 1/2 a 1	126	93	61	8	288
+ 1 a 2	73	74	76	9	232
+ 2 a 5	22	22	24	5	73
+ 5	2	3	2	4	11
TOTAL	335	233	184	28	780

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 20

POPULAÇÃO QUE ESTUDA POR FAIXA ETÁRIA (excluídos os chefes de família)

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO QUE ESTUDA	
Até 6	220	20%
7 a 14	701	65%
15 a 19	137	13%
20 a 35	17	2%
36 a 55	4	-
Mais de 55	-	-
TOTAL	1.079	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 21

POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR*, QUE NÃO ESTUDA, POR CLASSE DE RENDA

CLASSE DE RENDA (SMR)	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR QUE NÃO ESTUDA <i>e que trabalha/não</i>	
Sem rendimentos	6	3%
+ 0 a 1/2	41	20%
+ 1/2 a 1	64	32%
+ 1 a 2	69	34%
+ 2 a 4	19	10%
Acima de 4	3	1%
TOTAL	202	100%

Handwritten notes:
 - Above the table: "que trabalha/não"
 - Between columns: "180" (sum of 41+64+69+19+3)
 - Next to "89%": "89%" (sum of 20%+32%+34%+10%+1%)
 - Above "6": "6"
 - Above "41": "41"
 - Above "64": "64"
 - Above "69": "69"
 - Above "19": "19"
 - Above "3": "3"

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo. 1980.

*7 a 14 anos.

5.1.5. ATIVIDADES E OCUPAÇÕES

O levantamento de todos os membros ativos da comunidade, com 10 anos e mais, forneceu o quadro seguinte, onde a população economicamente ativa representa 27% da população total e apresenta 70% da força de trabalho na faixa dos 21 a 55 anos.

QUADRO 22

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	
10 - 13	23	2%
14 - 17	77	7%
18 - 20	80	8%
21 - 30	273	26%
31 - 55	452	44%
Mais de 55	130	13%
TOTAL	1.035	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

A mesma população sob o ponto de vista da ocupação, acha-se distribuída como segue, com destaque para o trabalho em empresas de reflorestamento.

QUADRO 23

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E CLASSE DE RENDA DA POPULAÇÃO POR OCUPAÇÃO

OCUPAÇÃO	CLASSE DE RENDA (SMR)	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	
Trabalhadores reflorestamento	0 a 4	304	29%
Braçais	0 a 2	99	10%
Aposentados, encostados	0 a 1	91	9%
Domésticos	0 a 1	77	7%
Biscateiros	0 a 2	64	6%
Mecânicos, operários	0 a 2	38	4%
Ajudantes	0 a 2	50	5%
Autônomos	0 a 3	40	4%
Construção civil	0 a 7	54	5%
Comerciantes	0 a 10	34	3%
Trabalhadores rurais	0 a 1	24	2%
Motoristas	2 a 3	16	2%
Vigias	2 a 3	15	2%
Costureiras	0 a 1	14	1%
Professores	0 a 1	12	1%
Balconistas	0 a 1	10	1%
Bombeiros	1/2 a 1	9	1%
Outras	0 a 5	84	8%
TOTAL		1.035	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

A distribuição dos chefes de família por classe de renda e por ocupação se verifica, segundo o seguinte quadro, destacando-se os trabalhadores em empresas de reflorestamento (29%) e os chefes de renda mensal até 1 SMR (71%).

QUADRO 24

CHEFES POR CLASSE DE RENDA SEGUNDO OCUPAÇÃO

CLASSE DE RENDA (SMR)	OCUPAÇÃO																		TOTAL	
	TRABALHADORES EM REFLORESTAMENTO	CONSTRUÇÃO CIVIL	BRAÇAI S	AUTONÔMOS	DOMÉSTICOS	APOSENTADOS, ENCOSTADOS	BISCATEIROS	AJUDANTES	MECÂNICOS OPERÁRIOS	TRABALHADORES RURAIS	MOTORISTAS	VIGIAS	COSTUREIRAS	PROFESSORES	BALCONISTAS	BOMBEIROS	COMERCIA NTES	OUTRAS		
Até 1	161	22	57	14	24	70	35	28	18	19	3	11	4	0	3	5	14	42	530	71%
Mais de 1 a 2	58	20	15	9	4	2	3	10	9	5	7	2	0	0	2	1	13	21	181	24%
Mais de 2 a 3	2	4	0	1	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	4	4	20	3%
Mais de 3 a 5	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	6	1%
Mais de 5	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	5	1%
TOTAL	222	47	72	26	28	72	38	38	30	24	12	13	4	0	5	6	34	71	742	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.2.

CARACTERÍSTICAS DAS HABITAÇÕES

5.2.1. CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

QUADRO 25

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO							
	PRÓPRIO		CEDIDO		ALUGADO		TOTAL	
Sem rendimentos	13	2%	13	2%	2	0%	28	4%
+ de 0 a 1/2	106	14%	26	3%	16	2%	148	19%
+ de 1/2	205	26%	42	5%	41	5%	288	37%
+ de 1 a 2	174	22%	23	3%	35	4%	232	30%
+ de 2 a 3	38	5%	5	1%	7	1%	50	6%
+ de 3 a 4	13	2%	2	0%	2	0%	17	2%
+ de 4 a 5	5	1%	0	0%	1	0%	6	1%
+ de 5 a 8	5	1%	1	0%	2	0%	8	1%
Mais de 8	3	0%	0	0%	0	0%	3	0%
TOTAL	562	72%	112	14%	106	14%	780	100%

Fonte: FJSN. Pesquisa de campo, 1980.

5.2.2. MATERIAL DAS PAREDES

A área apresenta 718 domicílios na maioria (93%), destinado exclusivamente ao uso residencial.

Predominam as casas de madeira (53%), vindo a seguir as de alvenaria (33%) e taipa ou estuque (15%).

A distribuição das famílias por classe de renda segundo o material das paredes dos domicílios, é a seguinte:

QUADRO 26

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA, SEGUNDO MATERIAL DAS PAREDES DO DOMICÍLIO

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	MATERIAL DAS PAREDES			TOTAL
	ALVENARIA	MADEIRA	TAIPA, ESTUQUE	
Sem rendimentos	4	14	10	28
+ 0 a 1/2	34	82	32	148
+ 1/2 a 1	88	150	50	288
+ 1 a 2	78	126	28	232
+ 2 a 5	40	30	3	73
Mais de 5	7	4	-	11
TOTAL	251 (32%)	406 (52%)	123 (16%)	780 (100%)

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.2.3. ÁREA

88% dos domicílios tem de 2 a 5 cômodos* e a área média da habitação é de 36m².

QUADRO 27

DOMICÍLIOS POR NÚMERO DE SALAS + QUARTOS

NÚMERO DE SALAS MAIS QUARTOS	DOMICÍLIOS	
1	78	11%
2	194	27%
3	249	35%
4 e 5	187	26%
Mais de 5	10	1%
TOTAL	718	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

*Salas mais quartos.

5.3.

CARACTERÍSTICAS DA INFRA-ESTRUTURA

5.3.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Se dá praticamente através de 3 chafarizes existentes no bairro e que atendem a 72% da população. Em 94% dos casos, a água é proveniente do transporte em latas e baldes a partir de poços e chafarizes públicos.

Somente 6% das famílias conta com água dentro de seus terrenos e mesmo assim, em alguns casos a partir de poços.

QUADRO 28

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÃO DE ÁGUA

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	INSTALAÇÃO DE ÁGUA							
	DENTRO DE CASA		FORA ATÉ 100m		A MAIS DE 100m		TOTAL	
Sem rendimentos	0	0%	19	2%	9	1%	28	4%
+ de 0 a 1/2	4	1%	81	10%	63	8%	148	19%
+ de 1/2 a 1	9	1%	149	19%	130	17%	288	37%
+ de 1 a 2	19	2%	126	16%	87	11%	232	30%
+ de 2 a 3	8	1%	18	2%	24	3%	50	6%
+ de 3 a 4	3	0%	7	1%	7	1%	17	2%
+ de 4 a 5	2	0%	3	0%	1	0%	6	1%
+ de 5 a 8	2	0%	5	1%	1	0%	8	1%
Mais de 8	1	0%	2	0%	0	0%	3	0%
TOTAL	48	6%	410	53%	322	41%	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 29

DOMICÍLIOS SEGUNDO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DOMICÍLIOS	
Rede geral (chafarizes)	515	72%
Poços	179	25%
Outro	24	3%
TOTAL	718	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.3.2. LUZ ELÉTRICA

62% das famílias não contam com abastecimento de energia elétrica, o mesmo percentual se verificando para os domicílios.

QUADRO 30

FAMÍLIAS POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO EXISTÊNCIA DE LUZ ELÉTRICA

CLASSE DE RENDA FAMILIAR (SMR)	LUZ ELÉTRICA							
	COM RELÓGIO		SEM RELÓGIO		NÃO TEM		TOTAL	
Sem rendimentos	1	0%	2	0%	25	3%	28	4%
+ de 0 a 1/2	28	4%	6	1%	114	15%	148	19%
+ de 1/2 a 1	78	10%	13	2%	197	25%	288	37%
+ de 1 a 2	105	13%	14	2%	113	14%	232	30%
+ de 2 a 3	24	3%	4	1%	22	3%	50	6%
+ de 3 a 4	11	1%	2	0%	4	1%	17	2%
+ de 4 a 5	5	1%	0	0%	1	0%	6	1%
+ de 5 a 8	3	0%	1	0%	4	1%	8	1%
Mais de 8	3	0%	0	0%	0	0%	3	0%
TOTAL	258	33%	42	5%*	480	62%	780	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 31

DOMICÍLIOS, SEGUNDO EXISTÊNCIA DE LUZ ELÉTRICA

EXISTÊNCIA DE LUZ ELÉTRICA	DOMICÍLIOS	
Com medidor	234	33%
Sem medidor	41	6%
Não tem	443	62%
TOTAL	718	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.3.3. ESGOTOS

79% das famílias servem-se de fossas negras e valas para o lançamento dos esgotos. As demais utilizam-se de fossas sépticas.

De um modo geral, quando as famílias possuem banheiros, este se situa fora da casa (71%).

De todas as famílias residentes, apenas 87 ou 11% têm vaso sanitário.

22% das famílias não têm banheiro no lote.

Cabe ressaltar que os aspectos de eliminação de dejetos e existência de vaso sanitário e banheiro foram cruzados com as famílias apenas, não havendo um quadro que relacione tais dados com os domicílios.

5.3.4. DRENAGEM

Não existem terrenos em cotas de alagamento permanente. Em 69% da área a drenagem superficial se dá espontaneamente, havendo apenas 31% dos domicílios com possibilidade de eventual alagamento.

5.3.5. REIVINDICAÇÕES

As reivindicações mais incidentes da população estão ligadas aos problemas de infra-estrutura e se apresentam na seguinte ordem:

QUADRO 32

REIVINDICAÇÕES MAIS INCIDENTES DA POPULAÇÃO

RESPOSTAS	REIVINDICAÇÕES	
Água	547	27%
Esgoto	458	22%
Energia elétrica	435	21%
<i>Melhoria geral</i>	104	5%
Calçamento	89	4%
Legalização da terra	71	4%
Urbanização geral	66	3%
Outras respostas	285	14%
TOTAL	2.055	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

OBS: Tabuladas todas as respostas, mesmo aquelas originadas numa mesma família, apurou-se as sete mais frequentes, designando-se por *outras respostas* as demais. Houve 2.055 manifestações em consulta a 780 famílias, com média de 2,6 reivindicações por família.

5.4.

DESPESAS

5.4.1. CREDIÁRIO

64% das famílias não têm qualquer despesa com crediário. Das 278 famílias que pagam crediário, 57% têm prestações de até 20% do SMR e, estão na faixa de renda de + 1/2 a 2 SMR (quadros 33 e 34). famí
68%

QUADRO 33

FAMÍLIAS QUE PAGAM CREDIÁRIO POR DESPESA COM CREDIÁRIO

DESPESA COM CREDIÁRIO (% DO SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM CREDIÁRIO	
Até 5%	90	32%
+ 5 a 10%	31	11%
+ 10 a 20%	40	14%
+ 20 a 40%	60	22%
+ 40 a 60%	30	11%
+ 60%	27	10%
TOTAL	278	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 34

FAMÍLIAS QUE PAGAM CREDIÁRIO POR CLASSE DE RENDA

CLASSE DE RENDA (SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM CREDIÁRIO	
Sem rendimentos	4	1%
+ 0 a 1/2	41	15%
+ 1/2 a 1	90	32%
+ 1 a 2	99	36%
+ 2 a 5	41	15%
+ 5	3	1%
TOTAL	278	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.4.2. ALUGUEL

86% das famílias não pagam aluguel, residindo 72% em casas próprias e 14% em casas cedidas (quadro 25). Das 106 famílias que pagam aluguel, 72% estão na faixa de renda de + 1/2 a 2 SMR e, 58% alugam por até 10% do SMR as suas moradias (quadros 35 e 36).

QUADRO 35

FAMÍLIAS QUE PAGAM ALUGUEL POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR

CLASSE DE RENDA (SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM ALUGUEL	
Sem rendimentos	2	2%
+ 0 a 1/2	16	15%
+ 1/2 a 1	42	40%
+ 1 a 2	43	32%
+ 2 a 5	10	9%
+ 5 a 8	2	2%
TOTAL	106	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

O valor médio do aluguel cobrado na área é de Cr\$ 838,00 ou 0,2 SMR (SMR = 4.149,00).

QUADRO 36

FAMÍLIAS QUE PAGAM ALUGUEL POR VALOR DO ALUGUEL

ALUGUEL (% DO SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM ALUGUEL	
Até 5%	18	17%
+ 5 a 10%	44	41%
+ 10 a 20%	25	24%
+ 20 a 50%	15	14%
+ 50 a 100%	5	4%
TOTAL	106	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

QUADRO 36

FAMÍLIAS QUE PAGAM ALUGUEL POR VALOR DO ALUGUEL

ALUGUEL (% DO SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM ALUGUEL	
Até 5%	18	17%
+ 5 a 10%	44	41%
+ 10 a 20%	25	24%
+ 20 a 50%	15	14%
+ 50 a 100%	5	4%
TOTAL	106	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.4.3. ÁGUA

94% das famílias não contam com ligação domiciliar de água, abastecendo-se em chafarizes (72%), poços e outros mananciais. Dos 6% que possuem água dentro de casa, alguns retiram-na de poços (quadro 29).

Nas 81 famílias, que têm despesa com água (10%) incluem-se aquelas que pagam o transporte em latas.

A despesa com água, em 90% das casas atinge até 5% do SMR (quadro 37).

QUADRO 37

FAMÍLIAS QUE PAGAM ÁGUA POR DESPESA COM ÁGUA

DESPESA COM ÁGUA (% DO SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM ÁGUA	
Até 2%	20	25%
+ 2 a 3%	34	42%
+ 3 a 4%	11	13%
+ 4 a 5%	8	10%
+ 5%	8	10%
TOTAL	81	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 1980.

5.4.4. ENERGIA ELÉTRICA

66% das famílias não têm despesa mensal com energia elétrica.

Das 263 famílias que apresentam essa despesa, 82% pagam até 8% do SMR pelo serviço.

Convém observar que entre as famílias sem despesas de energia elétrica, algumas possuem o serviço por extensão (4%) (quadros 30 e 38).

QUADRO 38

FAMÍLIAS QUE PAGAM ENERGIA ELÉTRICA POR DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA

DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA (% DO SMR)	FAMÍLIAS QUE PAGAM ENERGIA ELÉTRICA	
Até 2%	76	29%
+ 2 a 4%	69	26%
+ 4 a 6%	45	17%
+ 6 a 8%	25	10%
+ 8%	48	18%
TOTAL	263	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.4.5. TOTAL DE DESPESAS

Das 780 famílias residentes, 305 ou 39% não têm despesas relacionadas com crediário, aluguel, água e energia elétrica, sendo 22 sem rendimentos (quadro 41).

As demais 475 famílias ou 61% distribuem-se da seguinte maneira, segundo o valor total das despesas:

QUADRO 39

FAMÍLIAS COM DESPESAS DE CREDIÁRIO, ALUGUEL, ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA POR DESPESA TOTAL

DESPESA TOTAL (% DO SMR)	FAMÍLIAS COM DESPESAS	
+ 0 a 5%	163	34%
+ 5 a 10%	84	18%
+ 10 a 20%	82	17%
+ 20 a 50%	100	21%
+ 50 a 100%	33	7%
+ 100%	13	3%
TOTAL	475	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

A distribuição das famílias com as despesas mencionadas por classe de renda é a seguinte:

QUADRO 40

FAMÍLIAS COM DESPESAS DE CREDIÁRIO, ALUGUEL, ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE DE RENDA

CLASSE DE RENDA (SMR)	FAMÍLIAS COM DESPESAS	
Sem rendimentos	6	1%
0 a 1/2	71	15%
+ 1/2 a 1	165	35%
+ 1 a 2	166	35%
+ 2 a 5	59	12%
+ 5	8	2%
TOTAL	475	100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

Fica evidenciado que 86% das famílias com despesas desses tipos pertencem à faixa de renda de 0 a 2 SMR, e que em 90% dos casos, esses gastos ficaram entre + 0 e 50% do SMR.

Cabe observar que na aplicação do questionário, as informações referentes a despesas foram obtidas tanto junto aos chefes de família principal, como chefes de família secundária. Para efeito de melhor compreensão e análise tais despesas foram tabuladas para a unidade família, conforme item 4.4 do presente trabalho (tabulação), embora tais informações tenham sido colhidas como dados dos domicílios.

QUADRO 41

FAMÍLIAS POR CALSSE DE RENDA FAMILIAR, SEGUNDO TOTAL DE DESPESAS DE CREDIÁRIO, ALUGUEL, ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

CLASSE DE RENDA (SMR)	TOTAL DE DESPESAS (EM % DO SMR)							
	NÃO TEM	ATÉ 5%	+ 5 a 10%	+ 10 a 20%	+ 20 a 50%	+ 50% a 1 SM	+ 1 SM	TOTAL
Sem rendimentos	22 3%	3 0%	0 0%	2 0%	1 0%	0 0%	0 0%	28 4%
+ de 0 a 1/2	77 10%	41 5%	13 2%	14 2%	3 0%	0 0%	0 0%	148 19%
+ de 1/2 a 1	123 16%	64 8%	36 5%	24 3%	33 4%	5 1%	3 0%	288 37%
+ de 1 a 2	66 8%	41 5%	31 4%	28 4%	46 6%	18 2%	2 0%	232 30%
+ de 2 a 3	11 1%	10 1%	2 0%	12 2%	6 1%	6 1%	3 0%	50 6%
+ de 3 a 4	2 0%	3 0%	1 0%	0 0%	7 1%	1 0%	3 0%	17 2%
+ de 4 a 5	1 0%	0 0%	0 0%	1 0%	1 0%	1 0%	2 0%	6 1%
+ de 5 a 8	3 0%	1 0%	0 0%	1 0%	1 0%	2 0%	0 0%	8 1%
Mais de 8	0 0%	0 0%	1 0%	0 0%	2 0%	0 0%	0 0%	3 0%
TOTAL	305 39%	163 21%	84 11%	82 11%	100 13%	33 4%	13 2%	780 100%

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

5.4.6. DISPONIBILIDADE MÉDIA DE PAGAMENTO DAS FAMÍLIAS

A disponibilidade média de pagamento foi obtida a partir da indagação: Quanto poderia pagar? Sendo tabuladas todas as respostas obtidas sob a forma quantitativa, ou seja, sem considerar manifestações do tipo:

- a) Taxa mínima possível;
- b) Taxa estipulada;
- c) Não sei;
- d) Depende dos benefícios;
- e) Depende do filho;
- f) Definirá depois,

razão pela qual o total de respostas se limita a 598 ou 77% dos chefes.

Apurados os resultados, o valor mínimo declarado foi de Cr\$ 5,00 e o valor máximo de Cr\$ 1.500,00, originando o quadro a seguir.

QUADRO 42

FAMÍLIAS POR QUANTIA DISPONÍVEL DE PAGAMENTO

QUANTIA DISPONÍVEL CR\$	FAMÍLIAS COM DISPONIBILIDADE DE PAGAMENTO
0 - 100	443
101 - 200	89
201 - 300	32
301 - 400	05
401 - 500	23
501 - 600	01
601 - 700	00
701 - 800	00
801 - 900	01
901 - 1000	02
1.001 - 1.100	00
1.101 - 1.200	00
1.201 - 1.300	00
1.301 - 1.400	00
1.401 - 1.500	02
TOTAL	598

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

Considerando que 60% das famílias residentes em Vila Nova, percebem renda até 01 (um) salário mínimo regional, e, observando existir na estrutura de renda do assentamento uma distribuição não equitativa nas outras faixas salariais (10% apenas ganham acima de 2 SM), torna-se desejável verificar em relação a essa distribuição salarial as medidas de tendência central, necessárias à aferição de índices possíveis de endividamento e comprometimento das famílias residentes em relação ao projeto que se pretende implantar na localidade. Diante disto, apresenta-se a seguir a renda média, mediana e modal das famílias de Vila Nova, utilizando-se a distribuição de renda familiar apresentada no quadro 15, embora sabendo-se antecipadamente que a concentração de maior número de famílias nas classes de renda mais baixas, por si só, já direcionam que tais medidas não se afastarão muito destes níveis de renda.

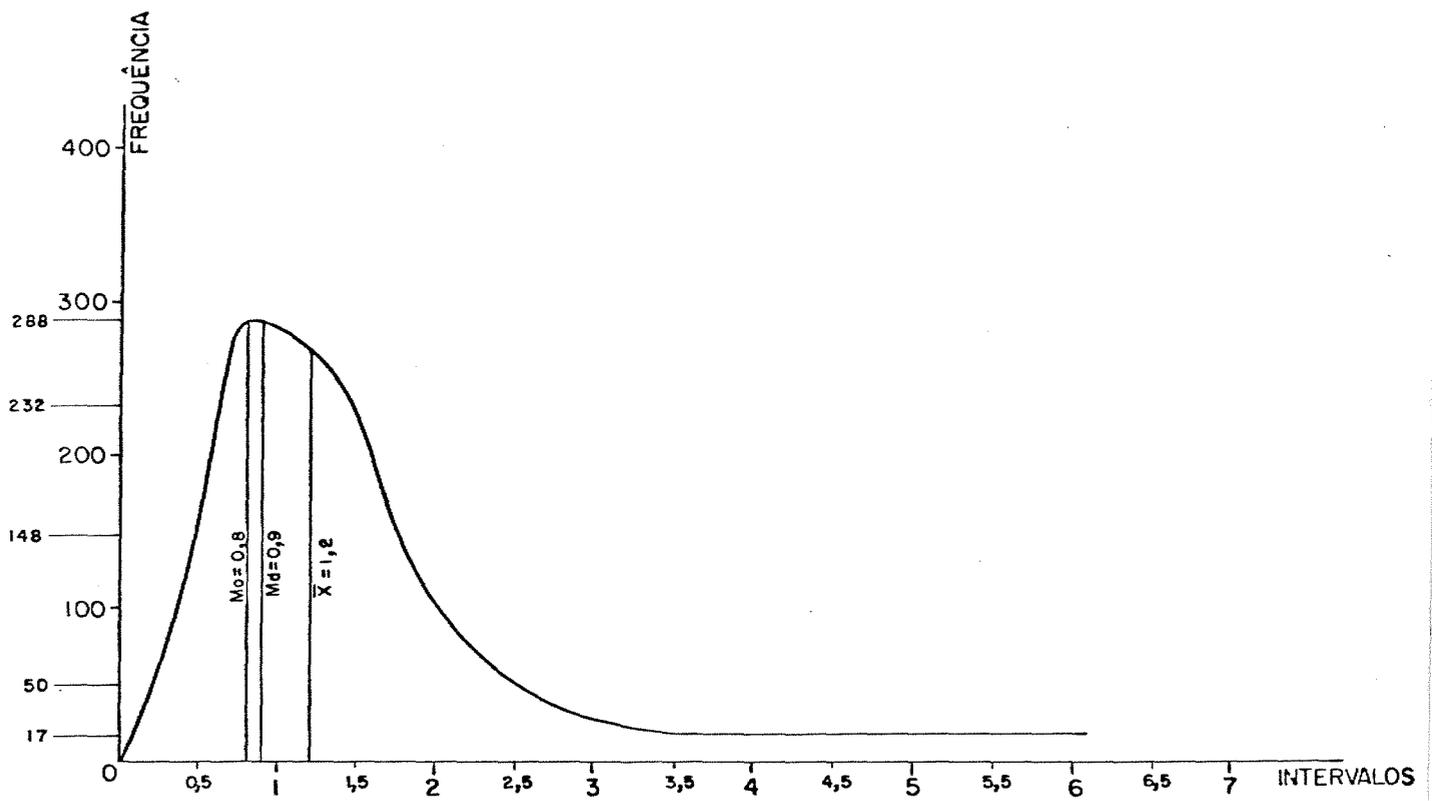
QUADRO 43

RENDA FAMILIAR POR MEDIDA DE TENDÊNCIA CENTRAL

MEDIDA DE TENDÊNCIA CENTRAL	RENDA FAMILIAR	
	ÍNDICE RELATIVO (SMR)	VALOR ABSOLUTO (CR\$)
Média	1,2	4.979,00
Mediana	0,9	3.734,55
Modal	0,8	3.319,60

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

CURVA DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR



Observe-se que as medidas de tendência central da distribuição da renda familiar deste assentamento estão muito próximas, com uma pequena diferença para mais no caso da média, o que é normal, posto que esta medida sofre a influência mais significativa dos extremos (no caso em questão, positivo). Acreditamos que é o valor mais significativo e que deve ser tomado como padrão é a renda mediana, seguindo-se a indicação técnica. Entretanto como a renda média não é atípica, muito pelo contrário, ela representa na verdade 90% dos casos, este valor deveria ser tomado na prática como o indicador mais seguro e representativo da renda da maioria da população.

De acordo com o limite fixado de comprometimento familiar com habitação pelo BNH, de 9% da renda familiar⁹, cabe uma observação no caso de Vila Nova.

É sabidamente conhecido como indicam pesquisas regionais e nacionais que famílias residentes em tais assentamentos gastam 60% da sua renda (IBGE-Relatório 1979) em alimentação. No estudo efetuado pela Fundação Jones dos Santos Neves em área de baixa renda na Grande Vitória as famílias que percebiam até 2 SMR gastavam em 1979, 80% dos rendimentos em alimentação e as que ganhavam menos (até 1 SMR) consumiam em alimentação mais do que a renda percebida, até 103%. Como em Vila Nova a maioria da população que trabalha situam-se na faixa de rendimentos até 2 SMR e que ainda existem 28 (vinte e oito) famílias que não possuem rendimento, parece claro indicar que o índice de comprometimento não deverá ser aplicado de uma forma uniforme para todas famílias, mesmo levando-se em conta o abatimento do Benefício Fiscal previsto pelo Decreto Lei 1.358. Há que se verificar que 9% da Renda Familiar para uma família que ganha 5 salários mínimos não representa a mesma coisa para uma família que ganha 1 salário mínimo. Muito provavelmente quem ganha um salário e retira 9% para habitação es

⁹ BNH-PROFILURB: *Programa Financiamento de Lotes Urbanizados RC 18/75.*

tará deixando de destinar renda para alimentação. Esta situação por outro lado é indicadora de que na área de Vila Nova e também em outras áreas escolhidas pelo PROMORAR, o projeto de urbanização deverá vir acompanhar de um programa de atividades econômicas que viabilize o pagamento das prestações por parte dos moradores.

Assim também, dever-se-á levar em consideração na análise da capacidade de pagamento da população, a disponibilidade média de pagamento obtida com a pesquisa sócio-econômica. No quadro 42 observa-se o quanto os moradores estão dispostos a pagar em média pela urbanização da área, em torno de Cr\$ 103,00 (cento e três cruzeiros), o que corresponde a 2,5% da Renda Média Familiar do Assentamento. Se aplicado o índice máximo de comprometimento de 9% da renda familiar existirá uma defasagem de Cr\$ 345,00 em relação ao que seria teoricamente a prestação uniforme para toda população.

Um outro aspecto é que mesmo que a prestação fique no patamar médio de 9% em relação a renda familiar média, a compensação de prestações mais altas para algumas famílias que ganham mais, como por exemplo as que situam-se acima de 5 salários, influirá muito pouco no conjunto dos recursos arrecadados.

Estas observações são aqui incluídas para servir como elemento de análise e comparação quando da implantação do projeto.

5.5. ATIVIDADES NÃO EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS

Os imóveis não exclusivamente residenciais apresentam-se distribuídos da seguinte maneira:

QUADRO 44

IMÓVEIS NÃO EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS POR FUNÇÃO SEGUNDO O RENDIMENTO MÉDIO SEMANAL

FUNÇÃO NÃO RESIDENCIAL	IMÓVEIS NÃO EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS	RENDIMENTO SEMANAL MÉDIO (SMR)
Comercial	72 64%	1,2
De Serviço	19 17%	1,9
Pequena indústria, oficina	11 10%	1,5
Outras	10 9%	1,3
TOTAL	112 100%	

Fonte: FJSN, Pesquisa de campo, 1980.

OBS: Foram considerados todos os imóveis não exclusivamente residenciais inclusive aqueles que se declaram sem rendimento (17).

74% desses imóveis ocupam até 3 pessoas, sendo membros da família do proprietário até 2 dessas pessoas ou 71% dos empregados, em média.

Dos 112 estabelecimentos 67, ou 60% são legalizados, apresentando registro na Fazenda Estadual a Alvará de funcionamento da Prefeitura local.

Os equipamentos comunitários existentes se limitam a: uma escola de 1º Grau, um Jardim de Infância que funciona também como creche, uma igreja Presbiteriana e uma igreja Católica.

6. COMENTÁRIO À PESQUISA E INTERPRETAÇÃO SÓCIO-ANALÍTICA

A área de Vila Nova, em São Mateus, embora localizada no interior do Estado do Espírito Santo, não apresenta diferenças fundamentais de outras áreas faveladas do Estado e de outras favelas em outras cidades brasileiras. Normalmente, como pode se constatar pelos dados enumerados anteriormente, a favela de Vila Nova apresenta sua população distribuída irregularmente, em terrenos com problemas legais (invasão), com um nível de renda bem baixo, desprovida, quase que totalmente, de equipamentos urbanos, como: água encanada, esgoto, luz elétrica e de equipamentos sociais fornecedores de serviços básicos, o que, de uma forma geral, guardadas certas peculiaridades, caracteriza uma área favelada no país.

Entretanto, a concepção de que favela é lugar onde são moram *marginais*, ou seja, o conceito definido por muitos estudiosos de que áreas de favela representam os *bolsões de pobreza ou cinturões de miséria*, que deveriam ser extirpadas da malha urbana, vai sendo contestado na medida em que resultados de pesquisa em áreas faveladas mostram que a favela não é um abortamento do sistema, mas expressa suas próprias contradições, é necessária ao processo de desenvolvimento urbano, conforme o modo de produção adotado, e a não integração e não incorporação da mão-de-obra são resultados do sistema econômico que as criam e isto, muito pelo contrário, não representa uma disfunção, mas obedece a uma lógica. O crescimento *desordenado* das favelas representa, dentro da lógica do lucro e da acumulação, um barateamento dos custos de produção e da reprodução da força de trabalho, e isto não é necessariamente um mal - é a garantia da reprodução e ampliação dos investimentos do capital urbano.

Nesse sentido, os moradores de favelas não são marginais, como normalmente se faz crer, mas sua *marginalidade* social-política-econômica é sua forma própria de inserção dentro do sistema econômico. Como no caso de Vila Nova e de outras favelas na área da Grande Vitória, os moradores são trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, portanto, com vínculos empregatícios legalmente definidos. Isto se dá em pelo menos metade das

populações residentes em áreas faveladas¹⁰.

Em Vila Nova, a Força de Trabalho Empregada representa 27% da população total do assentamento, registrando-se, em relação aos chefes de família que trabalham, uma incidência maior de ocupação (29%) como trabalhadores das reflorestadoras e 30% ocupados em atividades econômicas definidas legalmente, portanto, como vínculo de emprego. Entretanto, como em São Mateus a oferta de emprego industrial se reduz basicamente à indústria de reflorestamento, que absorve mão-de-obra em períodos apenas sazonais, e como a maior parcela do pessoal ocupado do município está empregada no setor terciário, a remuneração destas pessoas tende a ser menor por exercerem atividades semi-qualificadas. Tal situação se reflete ao nível do assentamento de Vila Nova, onde as atividades de comércio, de biscates e prestações de serviços absorvem os restantes 41% da força de trabalho.

Portanto, esta constatação evidencia que a área de Vila Nova não é composta de pessoas desocupadas ou marginais, mas, sim, de trabalhadores mal remunerados e que por residirem em favelas, dada a incapacidade planejada da economia de não incorporação de sua força de trabalho, contribuem para o barateamento dos custos de produção.

A prática comum do exercício de atividades no setor informal da economia, o percentual significativo de aposentados, encostados, pensionistas pelo

¹⁰ FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Pesquisa Sobre Assentamentos Urbanos Subnormais na Grande Vitória*. Vitória, FJSN, 1979. "Cerca de 48% em média da população ativa nas áreas faveladas da Grande Vitória, encontram-se, em 1979, ocupadas em empregos formais, com registro de Carteira Profissional, destacando-se atividades comerciais absorvem do 8% da FTE, Indústria de Construção Civil 16% e 24% outras indústrias, com destaque para Indústria Têxtil e Alimentícia. Que por usarem tecnologia de nível reduzido, absorvem mais contingentes de mão-de-obra."

INAMPS (quadro 23) e a ocorrência frequente de trabalho nas empresas re florestadoras, com pagamento fixado por hora/produção, justificam a ocor rência de famílias com renda comprovada inferior ao salário mínimo. No ta-se no caso de Vila Nova, cuja população é constituída principalmente de migrantes do interior do município, motivados pela propaganda das re florestadoras, com insuficiente grau de escolarização e que, por isto mesmo, não podem exercer atividades mais especializadas, há predominância da força do braço no desempenho de suas atividades. Esta predominância do vigor físico, principalmente nas reflorestadoras faz com que o sexo e a idade avançada sejam elementos discricionários na seleção de mão-de-obra. Assim, fatores de declínio da força ou incapacidade de exercê-la melhor, no caso das mulheres, influenciam mais poderosamente o nível de renda que outros fatores como tempo de serviço ou grau de especialização (quadros 13, 15 e 26). Assim, encontramos um maior percentual de chefes ligado a fa mílias de baixa renda entre os mais idosos (mais de 55 anos) e entre os muito jovens (menos de 20 anos). A baixa remuneração familiar no assentamento de Vila Nova, deverá indicar que as possibilidades de pagamento das famílias, aí residentes, estarão condicionadas a algumas medidas pos síveis de serem implantadas, que visem melhorar o padrão de renda famili ar.

Quanto ao nível de escolarização da população total do assentamento, verifica-se que cerca de 28% da população atualmente estudam. Este percen tual, em relação aos chefes, é reduzido drasticamente, uma vez que apenas 6% destes continuam estudando e 73% são analfabetos e semi-alfabetizados (sabendo apenas ler e escrever o próprio nome) e 3% com o primeiro grau completo. Em termos de comparação com outras áreas faveladas do Estado, as proporções relativas aos níveis de escolaridade se mantêm relativamente estáticas, não sofrendo grandes alterações em função da localização geográfica ou do tempo. Entretanto, o fato de muitos destes chefes terem vindo do interior de Minas e Bahia, ou migrados da vilas e povoados do interior do município para a sede, não chega a gerar aspirações de melhor posição social, através de maior nível escolaridade, por terem vindo re sidir na *cidade*.

Com relação à escolarização na faixa obrigatória por Lei (7 - 14 anos), segundo informações da Diretoria do Grupo Escolar local, é grande o índice de crianças matriculadas, mas que não frequentam aulas. Segundo esta, tal fato se deve à necessidade das mulheres, que trabalham nas refinadoras, de deixarem as crianças pequenas em casas sob o cuidado das mães, com 7, 8 e 10 anos.

Um outro elemento que contribui para o absenteísmo e a evasão escolar, reside nas condições econômicas. Em consequência dos baixos salários percebidos pelos pais, tais crianças não podem frequentar escola, pois falta dinheiro para compra do material, para alimentação, para o uniforme, etc.

Esta situação em referência à educação, deve suscitar dos órgãos responsáveis pelo Projeto uma especial atenção ao setor educacional, dotando a localidade de uma creche que permita o trabalho das mães, de forma mais segura, e permita também a escolarização das crianças. Não se tratando, em hipótese alguma, de construção de outra escola, visto o prédio escolar instalado no bairro (Grupo Escolar Américo Silveiras) atender às necessidades atuais. O motivo do índice maior de analfabetos na faixa etária de 14 a 21 anos, ocorreu porque, quando do nascimento do bairro, as pessoas nesta faixa etária eram crianças em idade escolar e não existiam escolas suficientes.

Em relação à qualidade da habitação no assentamento de Vila Nova, podemos dizer que, segundo conceitos correntes, é constituído, em geral, de habitação inadequadas. Entretanto, como sabemos, este conceito é bastante impreciso, visto que é impossível estabelecer normas rígidas de conceituação de habitação, já que habitação *mínima* não representa a mesma coisa para cada camada social e para cada momento histórico. No presente trabalho, considera-se habitação não só a unidade habitacional, como também os aspectos de integração dessa unidade no contexto urbano do Município

de São Mateus, referendado pelo grau de atendimento, em termos dos serviços de infra-estrutura e equipamento social, o que, no caso em questão, é quase nulo. Na área de Vila Nova, temos 377 casas de madeira (barracos) e 107 de estuque. Tais habitações representam cerca de 30% das habitações não duráveis do município¹¹. No caso de Vila Nova, tais domicílios representam 68% do total das habitações do assentamento. Este índice se explica pela facilidade que os favelados de Vila Nova tiveram em conseguir retolhos da indústria madeireira. A incidência de casas de estuque, o que não é comum em outras áreas situadas na Grande Vitória, é devida à utilização dos processos tradicionais, vindos da área rural.

A área média das habitações e o tamanho médio das famílias permitem calcular que existe, em Vila Nova, uma área habitável por pessoa de 7,5m². De acordo com normas da União Pan-Americana - Divisão de Habitação e Planejamento, que recomenda como superfície mínima habitável 60m² para uma família de 5 a 6 pessoas, a área de Vila Nova estaria numa posição inferior a este índice já que a média de pessoas por família é de 4,8 pessoas ocupando área média de 36m².

Segundo a Equipe de Chombart de Lauwe, o nível mínimo de confinamento, a partir do qual começariam a ocorrer perturbações na saúde física e mental das pessoas, seria de 8 a 10m² por pessoa. Também nesse caso, a população de Vila Nova se encontra um pouco abaixo deste índice, com uma superfície individual de 7,5m². Ainda com relação a índices de confinamento, conclusões do *Seminário sobre Saneamento e o Programa Nacional de Habitação*, em 1966, recomendam índice mínimo de 1,5 pessoas por cômodo, situação comparável à detectada em Vila Nova, onde, para uma população de 3.786 pessoas, apresentam-se 2.421 cômodos.

¹¹ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento/Secretaria da Educação. *Pesquisa Sócio-econômica/Censo Escolar - 1977*. Vitória, SEPL, 1977. p.44.

As condições sanitárias de uma unidade habitacional são, entre os chamados serviços urbanos, um dos indicadores de qualidade de vida mais importante. Isto porque, existe uma relação entre domicílios servidos por unidades sanitárias e rede pública de água com taxas de mortalidade infantil. No caso de Vila Nova, temos que 89% das famílias não têm vaso sanitário e que destas, 22% não têm nem mesmo banheiro. Este dado, conjugado com o número de famílias que não são servidos por rede pública de água, cerca de 94%, demonstra o quanto são precárias as condições sanitárias desta população.

Esta situação, entretanto, se por um lado indica a necessidade de saneamento, dotando a população de cabines sanitárias, por outro lado envolve a questão financeira, já que a maioria das famílias mostrou-se favorável à construção de banheiros, porém sem estes serem construídos pelo programa de urbanização e sim por elas próprias, já que alegam possuir padrões próprios e técnica suficiente para edificarem tais cabines sanitárias sem permanecer longo tempo pagando por elas. Isto, sem dúvida alguma, implicará numa negociação entre o Órgão Executor e os moradores da área, já que não será justo, de forma alguma ditar para esta população parâmetros aceitáveis de habitabilidade e higiene, concebidos pelos extratos sociais dos responsáveis pela implantação do projeto.

Em relação à condição de ocupação dos domicílios em Vila Nova, constatou-se que cerca de 14% da população moram em domicílios (barracos) alugados, contra 86% que residem em imóveis próprios. Isto demonstra que, para esta população, a estada na favela não é tida como temporária, já que, aliada às condições de baixo custo dos terrenos, a permanência na favela é um dado definitivo. Os moradores são conhecedores da sua própria situação sócio-econômica e sabedores de que as condições de vida, cultura e relações de vizinhança, mesmo precárias e conflituosas, são garantias da sua sobrevivência como classe dentro da vida urbana.

Na área de Vila Nova, verifica-se, apesar do desejo dos moradores de permanecerem aí residindo, pois que travaram uma verdadeira batalha para aí ficarem, a existência de uma mobilidade muito intensa para uma favela construída há 10 (dez) anos, porque o tempo médio de residência é de 3 anos, registrando-se uma incidência de 56% das pessoas residindo na área há menos de 2 anos. Esta mobilidade, relativamente intensa, tem raiz no fato de que as reflorestadoras normalmente transferem seus trabalhadores para outras áreas distintas de São Mateus quando da época, quer do plantio ou do corte, como é o caso de Aracruz Florestal S/A ou da Flonibra S/A que, temporariamente, remanejam seu pessoal para Aracruz e Conceição da Barra, respectivamente.

Cerca de 48% das famílias localizadas em Vila Nova, residem no Município há mais de 8 anos e apenas 8% residem *no domicílio* há mais de 8 anos. Esta relação demonstra que, embora boa parte dos moradores de Vila Nova sejam originários do interior do município, estes não tiveram como primeira opção de moradia, ao migrarem do interior para a sede, a localidade de Vila Nova. Cerca de 50% dos chefes de família são procedentes de São Mateus e 24% originados de outros municípios do Norte do Espírito Santo. Isto se deve ao fato do esvaziamento populacional ocorrido no Norte do Estado, entre 60-70, em face de alterações na estrutura econômica. Os outros estados, principalmente Minas Gerais e Bahia, contribuem com 20% da procedência dos chefes de família.

As migrações internas e interestaduais contribuem para trazer ao mercado de trabalho capitalista um contingente de pessoas antes integradas a uma economia de subsistência. Como nem toda esta população consegue ser incorporada ao sistema produtivo, *"gera uma força potencial a disposição do mercado fornecedor de trabalho, deprimindo, por consequência, os salários e diminuindo a capacidade de negociação dos trabalhadores, forçando o rebaixamento dos custos de reprodução da mão-de-obra, possibilitando a compra de força de trabalho por um preço inferior ao seu custo de reposi*

ção"¹².

Esta situação, aplicável de uma forma generalizada para a economia do país como um todo, no caso de São Mateus e, particularmente, de Vila Nova, contribui sensivelmente para o grau de exploração do trabalho desta população, principalmente pelas reflorestadoras, o que implica numa desestabilização constante da população do aglomerado.

Ainda com referência ao grau de mobilidade social na área de Vila Nova, têm-se que cerca de 76% da população são jovens na faixa etária até 19 anos. A predominância dos jovens no assentamento de Vila Nova é explicada pelo elevado número de crianças, bem como pela marcante presença de migrantes, considerando-se a predominância de pessoas com idade inferior a 20 anos. A incidência no assentamento de 18% dos chefes do sexo feminino mostra que é relativamente importante o número de mulheres que sustentam seu lar, trabalhando sob uma forma assalariada ou em biscates mal remunerados, embora coexistam de uma forma bem marcante, ainda, as barreiras culturais e preconceituosas contra o trabalho da mulher e sua necessidade de sobrevivência. Isto explica-se pelo fato de existir, neste assentamento, um índice muito grande de desagregação familiar, indicada pela Comissão de Moradores Local.

Estes dados permitem-nos concluir que o programa de urbanização previsto para área não poderá se ater somente ao aspecto físico-territorial-urbanístico, pois que, dados culturais como estes - trabalho das mulheres e população predominantemente jovem - são indicadores suficientemente válidos para fortalecer o desenvolvimento e o crescimento desta comunidade.

¹²FARIA, Vilamar. *Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalização*. São Paulo, Estudos CEBRAP, 1974.

7.

CONCLUSÕES FINAIS

O crescente número de áreas faveladas nos grandes centros urbanos brasileiros vêm despertando há muito tempo uma melhor atenção do Poder Público. Entretanto, após vários anos de discussões, congressos, seminários e orientações normativas sobre a Política Urbana Brasileira, o problema habitacional e a questão da propriedade/uso do solo urbano nas cidades supera estas discussões em maior tempo na sua permanência e apresenta-se sem perspectivas viáveis de solução.

A questão atual da contradição entre as necessidades habitacionais de grande parcela da população brasileira e os interesses da especulação imobiliária, vêm favorecendo inquestionavelmente esta última. É sobre este aspecto que repousa a primeira conclusão do presente trabalho em face da implantação do programa de urbanização na Área de Vila Nova-São Mateus.

A condição principal que determina a localização de uma dada população de baixa renda em um assentamento urbano subnormal é o custo baixo, ou quase nulo, inicial do terreno. Isto ocorre pela invasão de propriedades particulares, não exploradas de terceiros ou de áreas devolutas de Domínio da União, Estado e Prefeituras. Esta condição determinante origina também o baixo custo de moradia nestas áreas devido à inexistência dos serviços urbanos básicos e ao não pagamento das taxas referentes a estes serviços.

Assim, face a esta realidade, coloca-se uma das questões principais relacionadas com a urbanização de tais áreas.

Em primeiro lugar há que se considerar que a garantia de sobrevivência destas populações reside precisamente na marginalidade fiscal em que vive. Isto é, no não pagamento de impostos (prediais e territoriais, taxas de saneamento ou esgoto, de calçamento, taxa de recolhimento de lixo etc). Precisamente por se introduzir um programa de urbanização com tais benefícios nestas áreas, esta situação até então *equilibrada* irá se al

terar, o que muito provavelmente provocará a expulsão indireta desta população (*remoção branca*) pela valorização que a área passará a ter daí por diante, tornando-se atrativa para outras camadas populacionais de poder aquisitivo relativamente mais alto e que igualmente sofrem o problema do aumento dos aluguéis nas áreas centrais procurando portanto alternativas mais baratas de localização. Além deste tipo de pessoas que procurarão tais áreas, sobrem existem igualmente os especuladores urbanos já presentes nestas áreas com *propriedade* ilegal de dois ou mais lotes e que por terem maior capacidade de investimento e poupança adquirirão os lotes urbanizados da população mais pobre, que sentindo a pressão e a impossibilidade de pagar o novo *custo de morar* na área, dado os seus baixos salários, venderão seus lotes invadidos, agora urbanizados, procurando residir em outras áreas que tenham as mesmas condições iniciais de moradia que possuía o seu bairro antes da urbanização.

Evidentemente que colocado o problema desta forma poder-se-ia indagar: Tal problema é irreversível? São muito limitadas as possibilidades de solucioná-lo? Ou ainda: Tal hipótese poderá se verificar? Ou não? O que fazer para que tal não ocorra?

Explicitamente na área de Vila Nova, segundo depoimentos do vice-prefeito do Município, tal fenômeno já vem ocorrendo mesmo antes da implantação do projeto, pelo simples anúncio de que o bairro vai ser urbanizado. Algumas famílias, mesmo depois de cadastradas pelo levantamento, já venderam seus lotes e estão residindo num outro bairro do município denominado Jaguaré.

Desta forma e por constatar que tal ocorrência já está se processando, não só em Vila Nova mas em outros bairros da Grande Vitória, onde foi anunciado o PROMORAR e em localidade onde foi implantado o PROFILURB, a Equipe Técnica da Fundação Jones dos Santos Neves, responsável pelo presente trabalho, sugere que:

- *Desencadeie-se um amplo programa de divulgação e esclarecimento junto a população, para que esta conscientizada possa reduzir e minimizar seu próprio deslocamento da área.*

- *Que, quando da efetivação do programa em termos de contrato dos mutuários com o órgão executor se fixe a obrigatoriedade de:*
 - a) *residência obrigatória dos beneficiários no lote, por um ano após a assinatura do contrato;*
 - b) *fixação do preço de mercado como valor de venda, no caso de liquidação antecipada do financiamento para garantir que a mais valia de corrente dos investimentos públicos não seja apropriada por terceiros;*
 - c) *anuência expressa do Agente Promotor e Executor do Programa, quando o beneficiário ceder direito a terceiros;*
 - d) *utilização nos contratos feitos entre o Agente Promotor e os moradores da área, do Instrumento Jurídico denominado *concessão de uso com opção de compra*, instrumento este já admitido pela Legislação Brasileira através do Decreto Lei nº 267/67;*
 - e) *que no caso de rescisão amigável do contrato por desistência ou mudança do beneficiário em função de motivos comprovadamente justos, o lote seja devolvido ao Agente Promotor, mediante acerto de contas em que se garanta ao mutuário desistente a indenização de benfeitorias feitas com recursos próprios bem como a devolução de parte das prestações pagas;*
 - f) *transformar a área de Vila Nova em área sob Legislação Especial por medida jurídica do Executivo Municipal.*

Estas medidas na opinião da equipe técnica não irão reduzir por certo em cem por cento a ocorrência do fenômeno, mas sem sombra de dúvida as segurarão os objetivos altamente sociais do Programa, criando obstáculos à expansão da especulação imobiliária.

Em vista dos dados obtidos e de observações de campo efetuadas durante a pesquisa e não traduzidas estatisticamente, e considerando que:

- do total de famílias residentes no assentamento de Vila Nova cerca de sessenta e duas famílias representando nove por cento, foram cadastradas como famílias secundárias, isto é, famílias que residem por favor ou em regime de parede/meia com outras famílias consideradas como principais;
- existem famílias e ou proprietários individuais não residentes no assentamento que detêm a posse ilegal de dois ou mais lotes/casas;
- existem proprietários residentes em São Mateus ou em Vitória e outras cidades/Estados que mantêm famílias na área sob regime de aluguel ou cessão remunerada simbólica, e não necessitam do domicílio;
- segundo a Comissão de Moradores do Assentamento, existem em Vila Nova casos de trabalhadores de baixa renda que foram transferidos transitoriamente pelas empresas em que trabalhavam para outros locais, em residência temporária deixando suas casas fechadas ou alugadas provisoriamente para outros, sob a garantia de que irão voltar a residir em Vila Nova.

A equipe técnica da FJSN, responsável pelo presente trabalho, recomenda como solução:

- 1 - Que sejam garantidas às famílias secundárias a posse de um lote urbanizado, dentro do próprio assentamento.
- 2 - Que a todos os moradores do assentamento seja garantida a posse de um lote e não mais que um, em padrões a serem fixados em comum acordo com a Comissão de Moradores.

- 3 - Que seja unicamente beneficiada a população residente em Vila Nova, quer estejam ocupando casas alugadas ou cedidas e não os proprietários de renda mais elevada e que já tem suas necessidades de habitação satisfatoriamente resolvidas.
- 4 - Que os proprietários, trabalhadores de baixa renda, transferidos temporariamente em função do caráter intermitente do seu trabalho e que na época do cadastramento exatamente por força do contrato não estavam residindo em Vila Nova, sejam beneficiadas quando da execução do projeto. Esta situação não ocorreu por livre vontade destes trabalhadores e entende a equipe técnica que não seria de forma nenhuma justo e ético o não beneficiamento de tais pessoas, uma vez que estas levando uma vida toda para construir o seu barraco se vêm obrigados em razão da própria subsistência a deixarem provisoriamente seu abrigo e por causa disto perderem o direito de serem beneficiadas. Entende a equipe que estes casos são radicalmente diferentes dos citados no item anterior e que encontram-se registrados e controlados pela Comissão de Moradores Local.

Tais medidas implicarão numa ação justa que manterá o equilíbrio social existente hoje no assentamento.

Uma outra consideração e a mais importante de todas se refere ao estado de expectativa atual da população do assentamento. Em face do trabalho de preparação e em decorrência das reuniões de esclarecimento realizadas com a Comissão de Moradores, observou-se uma reversão da situação anterior de desconfiança e descrédito diante do programa.

Atualmente boa parte da população encontra-se motivada para receber o projeto de urbanização de acordo com seus valores culturais, sua necessidade de valorizar o bairro, seus interesses e disponibilidade de paga

mento. Para que este espírito de receptividade seja mantido e incentivado, a equipe recomenda que se dê toda atenção ao componente de desenvolvimento da comunidade, assegurando por todas formas e meios a efetiva participação da comunidade no desenvolvimento do projeto de urbanização. Esta participação real e ativa dos moradores, irá sem dúvida alguma, possibilitar a execução de um projeto realmente humano e culturalmente inserido na vida da população. A representatividade da Comissão de Moradores é inquestionável, já que vem funcionando há mais de quatro anos e tem obtido algumas melhorias para o bairro.

Assim, em se garantindo esta participação de forma concreta e não apenas por meio de discurso abstrato, reconhecendo-se que a população é a legítima indutora de suas necessidades e a única articuladora na preservação de seus valores culturais, estaremos adquirindo uma série de experiências, apreendendo elementos teóricos e práticos que garantirão o sucesso do PROMORAR em Vila Nova e servirão de referência para sua implantação em outras áreas do Estado.

Finalizando, a intervenção governamental dentro do Programa PROMORAR não pode ser de cunho assistencialista, concedendo paternalisticamente os benefícios. É de grande importância que todos os Órgãos envolvidos nesse Projeto de Urbanização voltem sua atenção para a formação de uma consciência popular do problema habitacional e dediquem-se a incentivar uma participação efetiva da população nos programas de desenvolvimento da Comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- BLAY, Eva Alternan et alii. *A luta pelo espaço; textos de sociologia urbana*. Petrópolis, Vozes, 1978. 17 p.
- CHOMBART DE LAUWE, P.H. et alii, *Famille et habitation*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), 1967, 2v.
- COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, Espírito Santo. *Município de São Mateus - situação sócio-econômica*. Vitória, 1978. 41 f.
- ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Planejamento. *Espírito Santo: crescimento e desigualdade social - análise introdutória de alguns dados da pesquisa sócio-econômica*. Vitória. 1979. 87 f.
- _____. *Pesquisa Sócio-econômica do Estado do Espírito Santo: dados básicos sobre educação, migração, emprego, renda e habitação*. Vitória, 1979. 390 p. (Estudos Básicos para o Planejamento Estadual, 5).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Sociais - Relatório 1979*. Rio de Janeiro, 1979.
- FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Filosofia política e programação habitacional no Espírito Santo*. (1979/1983). Vitória, 1979. 71 f.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SEMINÁRIO SOBRE SANEAMENTO E O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO, São Paulo, 1966 (Seminário realizado na F.S.P. da USP sob os auspícios da OPAS/OMS).
- SERRAN, João Ricardo. *O IAB e a política habitacional brasileira 1954-1975*. São Paulo, Schema Editora, 1976. 145 p.

UNIÃO PANAMERICANA. Divisão de Habitação e Planejamento, *Problemas de la Vivienda de interés social*, Washington, D.C., 1954.

VALLADARES, Lícia do Prado et alii. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

ÍNDICE

Água	81-83,91
Aluguel	89,90
Álvares, Elcio	32
BNH (Banco Nacional de Habitação)	32,40,100
Cadastro Imobiliário	47-49
COHAB/ES (Companhia Habitacional do Espírito Santo)	32
Colonização	21
Comunidade (Vila Nova)	42,50
Despesas	87,93-95
Drenagem	86
Economia	24,25
Educação/Ensino	71,107,108
Energia Elétrica	83-85,92
Esgotos	85
Família	56-59,60-69,70
Favelas	105
FJSN (Fundação Jones dos Santos Neves)	34,100,115,117
Grande Vitória	100,105,115
Habitação	79,108,109
História	21,23
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)	100
Imóveis	25,102
INAMPS (Instituto Nacional Assistência Médica e Previdência Social)	107
Mapeamento	44
Material de Construção	79
Metodologia da Pesquisa	38,39,40-49
Migrações Internas	111
PEA (População Econômica Ativa)	25-27,75,76
Pesquisa - Aplicação -	44
Histórico -	40
Metodologia -	38,39,40-49
Resultados -	55
Treinamento -	43
População	23,24,55

Povoamento	21
PRODEST (Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo)	40
PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados)	32,115
Projeto Rondon	44
PROMORAR (Programa de Erradicação de Moradias Sub-humanas)	29,33,34,42, 101, 115,119
Reinvidações	86
Renda Familiar	62-69,70,77,78,89,98,100
Saneamento	110
São Mateus	21,105,106,109,111
SEPLAN/ES (Secretaria de Estado de Planejamento/ES)	28
Serviços Urbanos	28,81-86,110
Silvares, Roberto	31-33
Situação Fundiária	33
SMR (Salário Mínimo Regional)	62,64,66,69,71,87,89,91,92,94,100
Sub habitação	28
Tabulação	40,49,52
Trabalho/Mão-de-Obra	75-77
Vila Nova (Bairro)	30,31,33,36,71,98,100,101,105-109,111,114,118,119

ANEXO I

1 - IDENTIFICAÇÃO

ÁREA PESQUISADA SETOR MUNICÍPIO

ENDEREÇO OU REF. SITUACIONAL

QUANTAS FAMÍLIAS RESIDEM NESTE DOMICÍLIO?

FAMÍLIA PRINCIPAL

NOME DO CHEFE DA FAMÍLIA

2 - DADOS DO CHEFE DA FAMÍLIA

SEXO TEMPO QUE RESIDE NO DOMICÍLIO ATUAL

IDADE (anos) TEMPO QUE RESIDE NO MUNICÍPIO

LOCAL EM QUE NASCEU (município)

(estado)

ÚLTIMO LOCAL DE RESIDÊNCIA (município)

(estado)

MOTIVOS DA MIGRAÇÃO

1 EXPULSÃO DA TERRA

2 LIVRE VONTADE

3 OPORTUNIDADES DE EMPREGO

4 OUTROS (especificar)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO

1 ANALFABETO

2 ALFABETIZADO

3 1º GRAU INCOMPLETO

4 1º GRAU COMPLETO

5 2º GRAU INCOMPLETO

6 2º GRAU COMPLETO

7 SUPERIOR COMPLETO

DOCUMENTOS QUE POSSUI

1 CERTIDÃO NASCIM. OU CASAMENTO

2 CARTEIRA DE IDENTIDADE

3 CARTEIRA DE TRABALHO

4 TÍTULO DE ELEITOR

5 CERTIFICADO DE RESERVISTA

6 ISS

7 CPF

8 NENHUM DESTES DOCUMENTOS

ESTUDA?

ESTÁ PAGANDO CREDIÁRIO?

1 2

DESPESA MENSAL

cr\$ 0 0

RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL COM COMPROVANTE

VALOR cr\$ 0 0

Ocupação ou fonte

COMPROVANTE

RENDIMENTO MENSAL SEM COMPROVANTE

VALOR cr\$ 0 0

Ocupação ou fonte

OBSERVAÇÕES

RENDA COMPROVADA

RENDA BRUTA MENSAL

SALÁRIO QUINZENAL

SALÁRIO SEMANAL

DIÁRIA

HORA

RENDA NÃO COMPROVADA

RENDA QUINZENAL

RENDA SEMANAL

RENDA DIÁRIA

HORA

3 - DADOS DOS DEMAIS COMPONENTES DA FAMÍLIA

ORDEM	NOME	RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DA FAMÍLIA	IDADE (anos)	RENDIMENTO LÍQUIDO MENSAL (Cr\$)	ESTUDA 1-SIM 2-NÃO	Ocupação ou fonte
0,1				,0.0		
0,2				,0.0		
0,3				,0.0		
0,4				,0.0		
0,5				,0.0		
0,6				,0.0		
0,7				,0.0		
0,8				,0.0		
0,9				,0.0		
1,0				,0.0		
1,1				,0.0		
1,2				,0.0		
1,3				,0.0		
1,4				,0.0		
1,5				,0.0		

OBSERVAÇÕES

4 - DADOS DO DOMICÍLIO

OUTRO USO DO IMÓVEL

- 1 NÃO TEM
- 2 COMERCIAL OU SERVIÇO
- 3 OFICINA OU Fáb. INDÚSTRIA
- 4 OUTRO

ESPECIFICAR _____

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

- 1 PRÓPRIO
- 2 CEDIDO
- 3 ALUGADO

ALUGUEL MENSAL

Cr\$ _____,00

SE ALUGADO OU CEDIDO

NOME DA PESSOA QUE RECEBE O ALUGUEL OU CEDE O IMÓVEL

ENDEREÇO DESTA PESSOA

MATERIAL DAS PAREDES

- 1 ALVENARIA
- 2 MADEIRA
- 3 MADEIRA APROVEITADA
- 4 ESTUQUE, TAIPÁ, ADOBE

5 OUTROS

ESPECIFICAR _____

POSSIBILIDADE DE ALAGAMENTO

- 1 NÃO EXISTE
- 2 EVENTUAL
- 3 FREQUENTE
- 4 PERMANENTE

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- 1 REDE GERAL
- 2 POÇO
- 3 OUTRO

ESPECIFICAR _____

INSTALAÇÃO DE ÁGUA

- 1 DENTRO DE CASA
- 2 FORA DE CASA - ATÉ 100m
- 3 A MAIS DE 100m

DESPESA MENSAL

Cr\$ _____,00

LUZ ELÉTRICA

- 1 TEM - COM RELÓGIO
- 2 TEM - SEM RELÓGIO
- 3 NÃO TEM LUZ

DESPESA MENSAL

Cr\$ _____,00

ELIMINAÇÃO DE DEJETOS

- 1 REDE GERAL DE ESGOTO
- 2 FOSSA SÉPTICA
- 3 FOSSA NEGRA
- 4 VALA A CÉU ABERTO
- 5 OUTRO TIPO

BANHEIRO NO LOTE

- 1 TEM - DENTRO DE CASA
- 2 TEM - FORA DE CASA
- 3 NÃO TEM

VASO SANITÁRIO

- 1 TEM
- 2 NÃO TEM

Nº DE SALAS + QUARTOS

ÁREA DA CASA

_____ m²

OBSERVAÇÕES

ENTREVISTADOR _____

DATA _____/_____/_____

ATIVIDADES NÃO RESIDENCIAIS

ÁREA PESQUISADA SETOR MUNICÍPIO

ENDEREÇO _____

NOME DO RESPONSÁVEL _____

FUNÇÃO

ESPECIFICAR

1 COMÉRCIO _____

2 SERVIÇO _____

3 OFICINA / PEQ. INDÚSTRIA _____

4 OUTRA _____

LEGALIZADA SIM NÃO

RENDA SEMANAL MÉDIA _____ 0 0

PESSOAL OCUPADO TOTAL

DA FAMÍLIA

USO RESIDENCIAL DO IMÓVEL SIM NÃO

OBSERVAÇÕES

ENTREVISTADOR _____ DATA ____/____/____

PESQUISA PROMORAR-ES

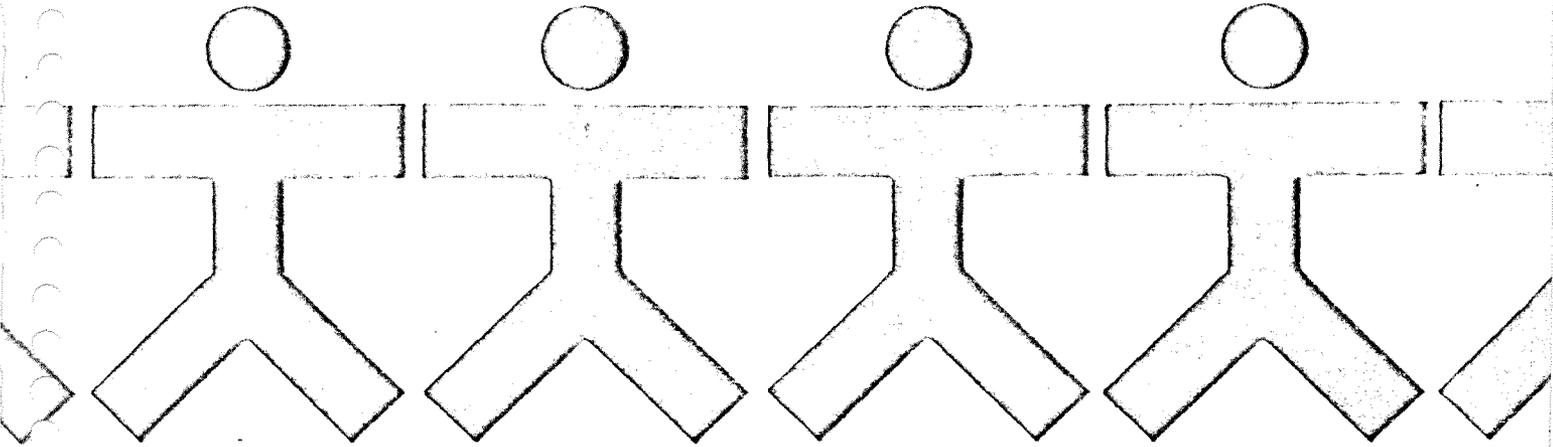
LOCALIDADE: VILA NOVA/SÃO MATEUS

Responda e redija com clareza as questões relacionadas abaixo; para maior compreensão no desenvolvimento do trabalho de equipe.

1. O QUE O SENHOR ESPERA QUE O PROMORAR REALIZE NA ÁREA?

2. QUANTO O SENHOR PODERÁ PAGAR MENSALMENTE PARA URBANIZAÇÃO DA ÁREA?
(PROMORAR)

3. OBSERVAÇÕES:



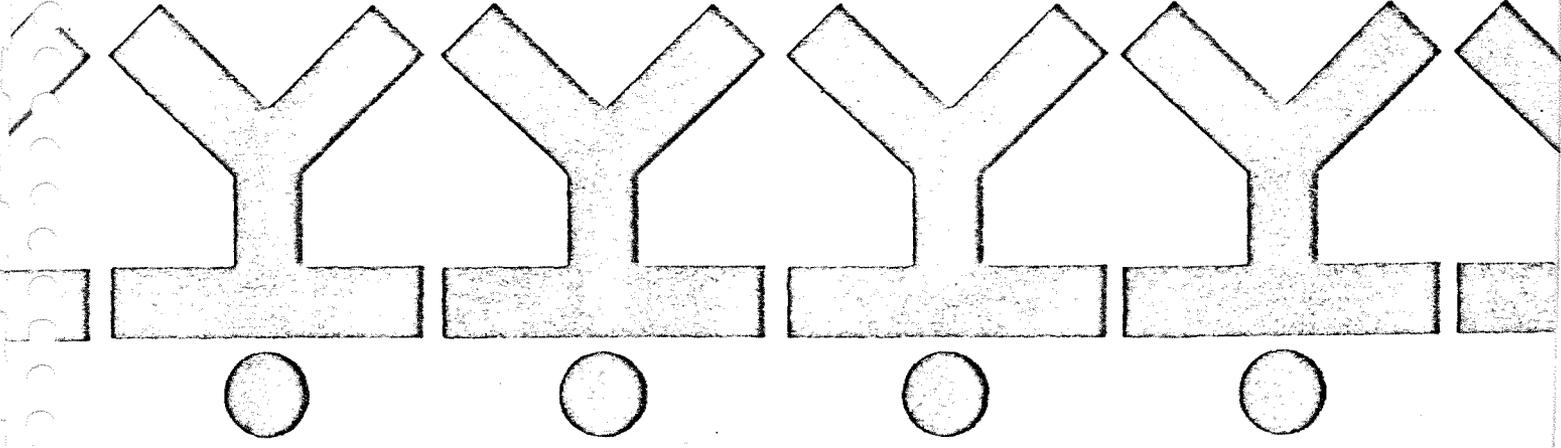
PARTICIPEM !

O PROMORAR É UM PROJETO DO GOVERNO QUE PRETENDE
TORNAR MAIS HUMANAS E HABITÁVEIS AS ÁREAS CARENTES

PROMORAR

ESTE PROJETO PRETENDE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE
VIDA DA POPULAÇÃO DE **vila nova** NO QUE DIZ RESPEITO
AOS PROBLEMAS DE ÁGUA , LUZ , ESGOTO E TERRA

LUTEM POR MELHORES DIAS !



INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA FICHA DE PESQUISA SÓCIO-ECONÔMICA

Esta ficha será preenchida apenas para os imóveis que possuem uso residencial.

1. IDENTIFICAÇÃO

- *Área pesquisada*: registra o nome da área em que está situado o domicílio a ser pesquisado;
- *Setor*: registre por extenso o nome do setor em que está situado o domicílio a ser pesquisado;
- *Endereço ou referência situacional*: registra o nome da rua, avenida, praça, lugar, etc, em que se localiza o domicílio pesquisado, colocando cada letra em um quadrinho (dígito) obedecendo um espaço entre os nomes. Registra também o número do domicílio no logradouro. Importante: o número a ser registrado é o número de casa encontrada e pré-existente e não o número do cadastro. Para os domicílios que não são numerados ou que estão localizados em becos, vilas ou lugar de difícil acesso, assinala no mapa da área se estes não constarem do levantamento.
- *Quantas famílias residem neste domicílio?*: registre o número de famílias que residem no domicílio. Considere como família todo agrupamento de moradores que se enquadre nas seguintes situações:
 - a) uma única pessoa moradora;
 - b) duas ou mais pessoas moradoras que se definam como família.
- *Família principal*: registra com X o número 1 se a família que está sendo pesquisada é a principal e com o número 2, em caso contrário. É considerada como família principal aquela que reside há mais tempo

no imóvel e que for proprietária deste.

Caso o imóvel seja alugado ou cedido, considere como família principal a que mora há mais tempo no domicílio.

Considere ainda como família principal aquele que cedeu, repartiu ou dividiu parte do imóvel para outra família morar.

Importante: em momento algum considere como família principal, a família ou indivíduo que cedeu o imóvel ou o alugou, mas não reside no mesmo. A pesquisa só alcançará as famílias residentes no local.

- *Número cadastral de família:* registre o número cadastral da família no canto superior direito das folhas 01, 02 e 03. Serão preenchidas tantas folhas quantas forem as famílias residentes no domicílio. As famílias serão cadastradas do seguinte modo:

Ex: Se, por exemplo, o domicílio for de número 100, e nele residir apenas uma família, registre 100 1; se nele residirem 2 famílias, para a família principal registre 100 1, e para a outra família, registre 100 2 se houver três famílias residindo no domicílio, a terceira família será registrada com 100 3 e assim por diante.

- *Nome do chefe da família:* registre o nome completo do chefe da família, obedecendo os quadrinhos ou dígitos.

2. DADOS DO CHEFE DA FAMÍLIA

- *Sexo:* registre o código do sexo do chefe da família

1. masculino
2. feminino

- *Idade:* registre a idade, em anos completos, do responsável pelo domicílio. Registre 98 se o responsável tiver 98 anos ou mais. Registre 99 se não obtiver a informação.

- *Tempo que reside no domicílio atual:* registre o tempo que o chefe da família reside no domicílio atual, contanto, em anos completos, ou em me

ses, o tempo decorrido entre a data da mudança para o domicílio e a data da pesquisa. Registre meses e registre 99 se não obtiver a informação; registre anos quando estiver residindo a anos, quando for o caso.

Importante: caso o morador resida no domicílio anos e alguns meses, registre somente os anos.

- *Tempo que reside neste município:* registre o número de anos completos, sem interrupção, que o chefe da família reside neste estado.

Ex: se a pessoa reside 8 anos no município de São Mateus, depois 2 anos no município de Nanuque, está residindo outra vez em São Mateus, registre somente 3. Registre meses quando for menos de 1 ano; registre 99 quando não obtiver a informação; registre anos quando for o caso.

Importante: caso o morador resida no município, anos e alguns meses, registre somente os anos.

- *Local em que nasceu:* registre o local (município e estado, território, distrito federal ou exterior) em que o chefe da família nasceu.

- *Último local que residem antes de vir para a área:* registre o nome do último local (município e estado, território, distrito federal ou exterior) em que o chefe da família residiu, antes de vir para a área pesquisada. Note que ele pode ter residido anteriormente tanto no município atual, como em outro município do estado, ou em outro estado.

- *Motivos de migração:* Assinale com um X a alternativa citada pelo entrevistado. Caso a informação não se enquadre nas alternativas indicada, especifique nas linhas a esse fim destinado.

- *Nível de instrução:* registre com um X o nível de instrução atingido pelo chefe da família:

1. analfabeto
2. alfabetizado
3. 1º Grau incompleto
4. 1º Grau completo

5. 2º Grau incompleto
6. 2º Grau completo
7. superior completo

OBSERVAÇÕES:

1. *analfabeto* é aquele que não sabe ler nem escrever ou aquele que só sabe assinar o nome.
 2. *alfabetizado*: aquele que cursou ou cursa o MOBREAL.
- *Documento que possui*: registre com um X todos os documentos que o chefe da família possui, dentre:
1. certidão de nascimento ou de casamento
 2. carteira de identidade
 3. carteira de trabalho
 4. título de eleitor
 5. certificado de reservista
 6. ISS - Imposto Sobre Serviço
 7. CPF
 8. nenhum destes documentos.
- *Credenciário*: registre com um X o número 1 se o chefe da família estiver pagando algum credenciário ou prestamista, a na época da entrevista e o número 2 em caso contrário.
- *Despesa mensal*: registre quanto o chefe da família paga por mês pelo credenciário ou prestamista. Registre 0 (zero) se ele não estiver pagando credenciário.
- *Rendimento líquido mensal com comprovante*: considere como rendimento líquido mensal, os rendimentos auferidos mensalmente, após descontadas contribuições para:
- . INPS
- Importante*: quando o comprovante apresentado, for a Carteira Profissional será colocado o Valor Bruto no dígito abaixo (campo observações) pois

neste comprovante sã existe a renda bruta; quando o comprovante for, contra-cheque ou outros que contenham as rendas líquida e bruta, se rão colocadas valores líquido no dígito acima e bruto abaixo; o entre vistado deverá mostrar o comprovante.

- *Valor*: registre o rendimento líquido mensal, auferido pelo chefe da família, no mês de referência, o qual ele pode comprovar. O entrevistado deverá mostrar ao entrevistador o comprovante e este deverá registrar o valor do rendimento que consta no documento.
- *Ocupação ou fonte*: registre o(s) nome(s) da(s) ocupação(ões) exercida (s) pelo chefe da família, que lhe proporciona este rendimento. Por ocupação, entende-se emprego, cargo, função, profissão ou ofício habitualmente exercido pelo chefe da família, ainda que no mês de referência estivesse gozando férias, licenças etc. Por exemplo: marceneiro, pedreiro, etc. Como fonte, registre aluguel, pensão, autônomo, serviço público, empresa, comércio, etc.
- *Comprovante*: registre o tipo de comprovante que o chefe da família possui, para comprovar seu rendimento. Ex: contra-cheque, carteira profissional, recibo, carnet, etc.
- *Rendimento mensal, sem comprovante*: considere como rendimento mensal, o pagamento recebido mensalmente pelo chefe por: biscastes (especificar que tipo de biscastes). Anote somente no campo se o rendimento não for comprovado, renda não comprovada de observações.
- *Rendimentos quinzenal, semanal, diária e por hora*: serão colocados nos dígitos abaixo.
Importante: caso o chefe de família, perceber renda com comprovante e sem comprovante (biscateiro), considere os dois rendimentos.
- *Valor*: registre o rendimento mensal, auferido, em média pelo chefe da família, o qual ele não pode comprovar. Se o entrevistado não auferir rendimento não comprovado, registre 0 (zero).

- *Ocupação ou fonte*: registre o(s) da (s) ocupação exercida pelo chefe da família, e a fonte que lhe proporciona este rendimento.

3. DADOS RELATIVOS AOS DE MAIS COMPONENTES DA FAMÍLIA

- *Número cadastral da família*: registre o número cadastral da família. Se rão preenchidas tantas folhas quantas forem as famílias residentes no domicílio.

- *Nome*: registre o prenome ou apelido dos demais componentes da família.

- *Relação de parentesco com o chefe da família*: registre a relação de parentesco existente entre cada componente da família e o chefe da família:

1. cônjuge: pessoa que vive conjugalmente com o chefe da família, exista ou não vínculo matrimonial.
2. filho, filha, mesmo que adotivo ou de criação enteado, enteada, genro e nora.
3. pai, mãe, padrasto, madrasta, sogro e sogra.
4. irmão, irmã, cunhado ou cunhada.
5. outros parentes (prima, primo, tia, tio, avô, avô).
9. se não obtiver a informação.

OBS: A codificação se fará pela equipe de trabalho da Fundação Jones dos Santos Neves.

- *Idade*: registre a idade em anos completos, de cada componente da família; registre 0 (zero) se tiver menos de 1 ano; registre 98 se tiver 98 ou mais; registre 99 se não obtiver a informação.

- *Rendimento líquido mensal*: registre o valor do rendimento líquido mensal auferido, em média, por mês, por cada componente da família. Registre 0 (zero) se não auferir rendimento, e 99999 se não obtiver a informação.

- *Ocupação ou fonte*: registre o nome da ocupação principal exercida por cada componente da família, ou fonte, que lhe proporciona este rendimento.
- *Estuda*: registre 1 se o componente da família estiver estudando e 2 em caso contrário.
- *Observação*: no caso do entrevistador só obter o valor bruto do rendimento, ou o valor ganho por semana, por dia, etc, deverá fazer as devidas anotações na parte de observações.

4. DADOS DO DOMICÍLIO

Esta folha só será preenchida uma vez, em cada domicílio, através de informação prestada pelo chefe da família principal.

- *Será também preenchidos*: os quadros *condições de ocupação e se alugado ou cedido*, quando as famílias secundárias não forem proprietárias do imóvel.
- *Número cadastral da família principal*: registre o número cadastral da família principal. Note que o 1 será referente à família principal, responsabilidade do entrevistador, registrar o devido nº ou seja, 1, 2, 3 etc, no dígito separado, conforme o caso.
Quando no mesmo domicílio residirem mais de uma família, registra-se o 1 quando for entrevistada a família principal e 2 para a segunda família e assim sucessivamente. Sendo que, a numeração prevalecerá mudando apenas o número do quadrinho separado.
Para cada família será feito um cadastro, continuando com a mesma numeração da casa.
- *Outro uso do imóvel*: Registre com um X apenas uma alternativa.
 1. não tem: se o domicílio só tiver uso residencial.
 2. comercial ou serviços: se o uso não residencial predominante do imóvel for comércio ou prestação de serviços.

- *Despesa mensal:* registre a média mensal gasta com o abastecimento de água no domicílio, ou outros tipos de venda de água, por ex: carros pipas, poço; registre 0 (zero) se não há gastos com o abastecimento de água, registre 9999 se não obtiver a informação.
- *Luz elétrica:* registre com um X se:
 1. o domicílio tem ligação de luz elétrica e possui relógio.
 2. o domicílio tem ligação de luz elétrica mas não possui relógio.
 3. se o domicílio não tem ligação de luz elétrica.
- *Despesa mensal:* registre a média mensal gasta com o abastecimento de luz elétrica no domicílio; registre 0 (zero) se não há gastos com o abastecimento de luz; registre 9999 se não obtiver informação.
- *Eliminação de dejetos:* registre com um X o tipo de escoadouro de dejetos utilizado pelo domicílio, mesmo que a instalação sanitária seja de uso comum a outros domicílios:
 1. rede geral de esgotos: quando o aparelho sanitário estiver ligado a uma rede de esgoto.
 2. fossa séptica: quando o aparelho sanitário estaria ligado a uma fossa séptica ou seja, com equipamentos.
 3. fossa negra: quando a instalação sanitária (havendo ou não aparelho) estaria ligada a uma fossa rústica (poço, buraco etc).
 4. vala a céu aberto: quando os dejetos são despejados numa vala, a céu aberto.
 5. outro tipo: quando a eliminação de dejetos for feita por outro tipo, que não especificado anteriormente.
- *Banheiro no lote:* registre com um X o número 1, se existe banheiro dentro da casa, 2 se existe fora de casa e com o nº 3, se não existe banheiro dentro do lote e nem dentro de casa.
- *Vaso sanitário:* registre com um X o número 1, se os moradores do domicílio utilizam um vaso sanitário, mesmo que seja comum a outros domicílios, e o número 2, em caso contrário.

- *Número de salas mais quartos*: registre o número total de salas mais quartos do domicílio.
- *Área (m²)*: deverá ser considerada a área aproximada da casa. O entrevistador deverá medir os lados da casa, e estruturar as respectivas áreas. Se não for possível estimar-se as áreas, no campo, ele deverá fazer um desenho da casa, registrar a medida de cada lado, e posteriormente, estimar a área. A medida será feita através de passos assinalando o número de passos no desenho, ao lado das paredes. Fazer o desenho da casa na observação abaixo.

Todos os imóveis serão numerados:

- *Imóvel fechado*: o morador que na hora da pesquisa não se encontrar no domicílio é de responsabilidade do entrevistador retornar ao imóvel para procurar o morador, até o final da pesquisa. Caso não o encontre, deverá assinalar com um asterisco (*) a casa no mapa.
- *Imóvel vazio*: se informado pelos vizinhos que não existe morador no imóvel, o entrevistador deverá escrever no mapa, a expressão *vazio* - na referida casa desenhada.
- *Entrevistador*: registre o nome completo da pessoa que fez a entrevista no domicílio.
- *data*: registre a data em que foi feita (concluída) a entrevista no domicílio.

ATIVIDADES NÃO RESIDENCIAIS

OBS: Para Atividade Comercial só será preenchida a página que contém o número

OBS: Escreva por extenso:

- Área pesquisada
- Setor
- Município
- Endereço
- Nome do responsável (proprietário)

Quando for preenchida a página de atividade comercial, deverá constar nos dígitos superior do lado direito o número do cadastro do imóvel.

Referente ao item *Função*, deverá ser preenchido com (x) caso seja: comércio, oficina/peq. ind. ou outra. E especificação por extenso a atividade de cada caso.

No item *Legalizado*, assinalar com (x) o item 1, e caso não seja legalizado assinalar o item 2.

Considera-se legalizado o estabelecimento que possuir:

- 1 - Alvará de licença da Prefeitura Municipal;
- 2 - Inscrição no Cadastro Geral do Contribuinte (C.G.C.-M.F.);
- 3 - Contrato Comercial registrado na Junta Comercial do Espírito Santo.

Com referência a renda semanal média, registre o valor bruto percebido pe
lo dono do estabelecimento.

Quanto ao pessoal ocupado: colocar o número total de pessoas ocupadas ou
empregadas que trabalham no estabelecimento; incluindo também o dono do
estabelecimento.

OBS: Indicar o número de pessoas da família que trabalham no estabelecimento,
e que já estão incluídas no total.

Se o número de pessoas que trabalham no estabelecimento for superior
a 99 anote no espaço de observações.

DO USO RESIDENCIAL DO IMÓVEL

- Caso o imóvel comercial for também usado como residência (conjugado) as
sinale o item 1;
- E caso contrário o item 2.

OBS: Caso obtiver outras informações referente ao imóvel comercial faça
anotações no *quadro das observações*.



BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO



fundação Jones dos Santos Neves

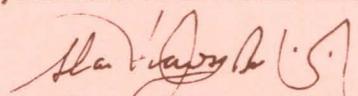
CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE O SENHOR: _____

RESIDENTE À : _____

FOI CADASTRADO NO PROMORAR - ES , NA
LOCALIDADE DE : **VILA NOVA** - SÃO MATEUS

SÃO MATEUS (ES), _____


SEBASTIÃO JOSÉ BALARINI
DIRETOR SUPERINTENDENTE - FJSN

